

Plataforma

Acervo em Movimento

35 anos do ECA

Índice das referências por ordem alfabética

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
U	V	W	X	Y	Z				

Referências Bibliográficas

A

ABRAMO, C. Weber. A educação na Constituinte. 13 de março de 1987. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/115738/1987_12%20a%2020%20de%20Marco_040.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 set. 2025.

ABRINQ - Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança e do Adolescente. Cenário da infância e adolescência no Brasil 2025. São Paulo: Fundação ABRINQ, 2025. Disponível em: https://fadc.org.br/sites/default/files/2025-03/FUNDACAO_ABRINQ_2025.pdf. Acesso em: 16 out. 2025.

ABRINQ. Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente: apoio à execução de suas funções. 4ª Edição. São Paulo: ABRINQ, 2021. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/sites/default/files/2021-09/CMDCA-apoio-a-execucao-de-suas-funcoes.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2025.

ABRINQ. De Olho no Orçamento Criança. 2ª edição. Iniciativa Prefeito Amigo da Criança. São Paulo: ABRINQ, 2017. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/sites/default/files/2019-03/de-olho-no-orcamento-crianca.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2025.

ABRINQ. De Olho no Orçamento Criança. 3ª edição. São Paulo: ABRINQ, 2021. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/sites/default/files/2021-09/de-olho-no-orcamento-da-crianca.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2025.

ABRINQ. Dia 18 de maio: por que essa data é tão importante? 2025. Disponível em <https://www.fadc.org.br/noticias/18-de->

2002. Disponível em: https://andi.org.br/wp-content/uploads/2020/09/plano_nacional.pdf. Acesso em: 13 de nov. 2025.

ANDRADE, Marcos Antonio. Quilombos e resistência negra no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ANDRADE, S. S. A infância da Amazônia Marajoara: práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas. Curitiba: CRV, 2019. 300 p.

ANDRADE, S. S. A infância da Amazônia Marajoara: sentidos e significados das práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá – Currálinho/PA. 2018. 571 f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

ANDRADE, S. S.; SANTOS, R. A. Relações étnico-raciais e quilombos: dos conhecimentos socioculturais aos currículos da educação escolar quilombola na Amazônia paraense. Nova Revista Amazônica, v. 8, n. 2, p. 100-117, set. 2020.

AQUINO, Rosana; OLIVEIRA, Natalia Ferreira de; BARRETO, Maurício Lima. Impact of the Family Health Program on infant mortality in Brazilian municipalities. American Journal of Public Health, v. 99, n. 1, p. 87–93, 2009. DOI: 10.2105/AJPH.2007.127480.

ARAÚJO, Jordana P.; SILVA, Rosane Meire Munhak da; COLLET, Neusa; NEVES, Eliane Tatsch; TOS, Bárbara Regina Gomes de Oliveira; VIERA, Cibelly da Silva. História da saúde da criança: conquistas, políticas e perspectivas. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 67, n. 6, p. 1000-1007, nov./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/rBsdPF8xx9Sjm6vwX7JLYzx/?lang=pt> . Acesso em: 4 set. 2025.

ARAÚJO, Uilson José Gonçalves Araujo. O Conselho Tutelar nas suas Competências e Atribuições. Apresentação. Garantia de Direitos e Política da Criança e do Adolescente. Escritório Regional de Curitiba – SEDS. Disponível em: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/Capacitacao/Capacitacao_Conselheiros_Tutelares_ER_Curitiba/Conselho_Tutelar_-_Competencias_e_Atribuicoes_-ER_Curitiba.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2011.

Arquivo Nacional. Departamento Nacional de Saúde Pública. Dicionário da Primeira República. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/682-departamento-nacional-de-saude-publica>. Acesso em: 18 set. 2025.

Arretche, Marta. Financiamento Federal e Gestão Local de políticas sociais: O difícil equilíbrio entre Regulação, Responsabilidade e Autonomia. Ciência e Saúde Coletiva, vol. 8, nº 2, pp. 331-345. Disponível em <https://www.scielo.br/j/csc/a/V7vhj4b34zhmMZ8YcWcYDJy/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 17 de nov. 2025.

ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Nº 14 (40), Jun 1999. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, 1999.

Atlas das Juventudes. Juventudes e a Pandemia de Coronavírus. E agora? Brasília: Atlas das Juventudes, 2022. Disponível em: https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2022/09/JuventudesPandemia3_Relato%CC%81rioNacional_20220923.pdf. Acesso em: 30 out. 2025.

Atlas das Juventudes. Juventudes e a Pandemia de Coronavírus. E agora? Relatório Especial Jovens com Contrato de Aprendizagem. Brasília: Atlas das Juventudes, 2023. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2023/04/Relatorio-Especial-Juventudes-e-a-Pandemia-Jovens-com-Contrato-de-Aprendizagens.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

B

BABENCO, Héctor. Pixote - A Lei do Mais Fraco (1981). Youtube – canal Telatrama Brasil | Filmes Dublados, 27 jun. 2025. 127 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BULTrc1WiHw>. Acesso em: 10 jan. 2026.

BAPTISTA, Tatiana Wargas; MACHADO, Cristiani Vieira; LIMA, Luciana Dias de. História das políticas de saúde no Brasil: a trajetória do direito à saúde. In: MATTA, Gustavo Corrêa; PONTES, Ana Lúcia de Moura (org.). Políticas de saúde: a organização e a operacionalização do SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2007.

BARBALET, J. M. Políticas de bienestar: um estudio sobre los derechos sociales. Madrid: Tecnos, 1998.

BARTOS, Mariana Scaff Haddad. Avaliação de implementação: o caso do Marco Legal da Primeira Infância. Revista Brasileira de Avaliação, São Paulo, v. 11, n. 3, p. e113422, 2022. DOI: 10.4322/rbaval202211034. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/avaliacao-de-implementacao-o-caso-do-marco-legal-da-primeira-infancia>. Acesso em: 22 jan. 2026.

BEZERRA, V. de O.; LIMA, T. da S. Constituição do direito à educação no Brasil: histórico e impasses na segunda década do século XXI. Educação: Teoria e Prática/Rio Claro, SP/ v. 31, n. 64/2021.

BITTAR, William. Escolas primárias da década de 1920 no Rio: o movimento neocolonial. Diário do Rio. 16 fev. 2024. Disponível em: <https://diariodorio.com/escolas-primarias-da-decada-de-1920-no-rio-o-movimento-neocolonial/>. Acesso em: 16 set. 2025.

BLASI, P. H. A descentralização como instrumento da justiça social – o município brasileiro: autonomia em crise. Revista Legis, n. 5 –jun./1982, p. 9-24.

Blog BRK Ambiental. O que é universalização do saneamento e por que ela está tão distante do ideal? BRK, 2019. Disponível em: <https://blog.brkambiental.com.br/universalizacao-do-saneamento/#:~:text=Universalizar%20significa%20tornar%20algo%20comum,os%20deveres%20estabelecidos%20em%20lei>. Acesso em: 03 abr. 2024.

BOEIRA, Daniel Alves, “Menoridade em pauta em tempos de ditadura: a CPI do Menor (Brasil, 1975-1976)”, in Revista Angelus Novus, USP, São Paulo, ano V, nº 8, pp. 179-198, 2014.

BOLOGNESI, Luiz. Série Juventude Conectada I Ativismo – Episódio 1. Youtube – canal Buriti Filmes, 22 out, 2016. 26 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MqQLyzX2Lgk&list=PLPrFX65xJWXVgxtG_F4NW9vFoGWTwh78y&index=1. Acesso em 12 jan. 2026.

BOLOGNESI, Luiz. Série Juventude Conectada I Comunicação Democrática – Episódio 2. Youtube – canal Buriti Filmes, 22 out, 2016. 26 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3QgHgZjVukE&list=PLPrFX65xJWXVgxtG_F4NW9vFoGWTwh78y&index=2. Acesso em 12 jan. 2026.

BOLOGNESI, Luiz. Série Juventude Conectada I Empreendedorismo – Episódio 3. Youtube – canal Buriti Filmes, 22 out, 2016. 26 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dqrGRnEi4CY&list=PLPrFX65xJWXVgxtG_F4NW9vFoGWTwh78y&index=3. Acesso em 14 jan. 2026.

BOLOGNESI, Luiz. Série Juventude Conectada I Educação – Episódio 4. Youtube – canal Buriti Filmes, 22 out, 2016. 26 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eLmsvMOs7UE&list=PLPrFX65xJWXVgxtG_F4NW9vFoGWTwh78y&index=4. Acesso em 14 jan. 2026.

BRANCO, Cristina de. Curso: População Indígena em Mobilidade, do Fluxo Venezuelano e outros no Brasil. Módulo 3: pluralidade étnica entre os povos indígenas migrantes do fluxo venezuelano e outros: entre intersecções sócio-identitárias. São Paulo: OIM/ONU Migração, 2024.

BRASIL. Código Criminal do Império do Brazil. Lei de 16 de dezembro de 1830. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1830.

BRASIL. Código de Menores. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

BRASIL. Constituição (1891). Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de fevereiro de 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Constituição (1934). Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934.

BRASIL. Constituição (1937). Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em 26 nov. 2025.

BRASIL. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2007.

BRASIL. Decreto nº 6.231, de 11 de outubro de 2007. Institui o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM. Brasília, DF: Presidente da República, 2007.

BRASIL. Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016. Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2016.

BRASIL. Decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018. Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Brasília, DF: Presidente da República, 2018.

BRASIL. Decreto nº 10.174, 13 de dezembro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Brasília, DF: Presidente da República, 2019.

BRASIL. Decreto nº 10.701, de 17 de maio de 2021. Institui o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes e a

Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2021.

BRASIL. Decreto nº 11.481, de 6 de abril de 2023. Altera o Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016, que institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023.

BRASIL. Decreto nº 12.562, de 23 de julho de 2025. Regulamenta a Lei nº 15.069/2024 e institui o Plano Nacional de Cuidados. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2025/decreto/d12562.htm. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. Decreto nº 12.574, de 5 de agosto de 2025. Institui a Política Nacional Integrada da Primeira Infância. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, n. 147, 6 ago. 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.574-de-5-de-agosto-de-2025-646726880>. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. Decreto nº 16.272, de 20 de dezembro de 1923. Criou o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretos/1923-16272.htm. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores (Código de Menores – Código Mello Mattos). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955. Institui a Companhia da Merenda Escolar. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Decreto nº 66.623, de 22 de maio de 1970. Dispõe sobre a Campanha Nacional de Alimentação Escolar e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 maio 1970. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66623-22-maio-1970-408086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Seção 1, p. 7769, 15 de setembro de 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 set. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Presidente da República, 1940.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, 9 ago. 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Lei Áurea. Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. Lei de 7 de novembro de 1831. Declara livres todos os africanos que chegarem ao Brasil a partir daquela data e impõe penas aos importadores. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1831. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-norma-pl.html. Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal do Império. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. Lei do Ventre Livre. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava nascidos desde a data da lei e outros dispositivos. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1871. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. Lei Eusébio de Queirós. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos no Império. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm. Acesso em: 16 set. 2025.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de discriminação contra as mulheres e dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Institui o Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1882. Reforma a legislação eleitoral e restringe o tráfico interprovincial de escravizados. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1882. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União.

Seção 1, p. 6377, 12 de agosto de 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em: 21 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 05 out. 225.

BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19424.htm. Acesso em: 28 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.970, de 17 de maio de 2000. Institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2000. Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19970.htm. Acesso em: 26 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 28 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001. Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa Escola", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110219.htm. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília: DF, 12 jan. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm. Acesso em: 14 out. 2025

BRASIL. Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004. Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.880.htm. Acesso em: 29 set. 2025

BRASIL. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts.

29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11274.htm. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs . 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940- Código Penal, e o art. 1o da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5o da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1o de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm. Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 28 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: 26 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990

(Estatuto da Criança e do Adolescente), e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm. Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.441, de 8 de maio de 2017. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13441.htm. Acesso em: 23 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.276, de 27 de dezembro de 2021. Altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14276.htm. Acesso em: 01 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília: DF, 29 de dez. de 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14284.htm. Acesso em: 14 out. 2025

BRASIL. Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023. Institui o Programa Bolsa Família e altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social). Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília: DF, 19 de jun. de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14601.htm. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.679, de 18 de setembro de 2023. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de setembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para incluir a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes entre os fundamentos da formação dos profissionais da educação para incluir a proteção integral dos direitos humanos e a atenção à identificação de maus-tratos, de negligência e de violência sexual contra crianças e e adolescentes entre os princípios do

Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2023-2026/2023/Lei/L14679.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2023-2026/2023/lei/l14791.htm. Acesso em: 13 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024. Institui a Política Nacional de Cuidados. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, 24 dez. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2023-2026/2024/lei/L15069.htm. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. Pacto Nacional pela Escuta Protegida. Fluxo Geral da Escuta Protegida, Lei 13.431/2017. Brasília: Pacto Nacional pela Escuta Protegida, 2022.

BRASIL. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Brasília: CONANDA, 2013.

BRASIL. Portaria Conjunta nº 4, de 27 de maio de 2022. Aprova o Fluxo Geral de implementação da Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2022.

BRASIL. Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PNVESCA). Brasília: Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescentes, 2008.

BRASIL. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF: Conselho Nacional de Assistência Social, 2009. Reimpressão 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. Resolução nº 235, de 12 de maio de 2023. Estabelece aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente a obrigação de implantação de Comitês de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência nas suas localidades. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023.

BRASIL. Todos Pela Educação. Relatório PNPI 2024: recomendações para a construção da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância. São Paulo: Todos Pela Educação, 2024. 120 p. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2024/06/relatorio-pnpi-2024.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2025.

BRASIL. Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas. Documento eletrônico. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

BRASILHIS. Redes pessoais e circulação no Brasil durante o período da Monarquia Hispânica (1580-1640). Disponível em: <https://brasilhis.usal.es/pt-br/colegio-jesuita-da-bahia>. Acesso em: 2 set. 2025.

BRITO, Magno, Análise comparativa entre o Código de Menores de 1927 e o Código de Menores de 1979: aspectos políticos, sociais e jurídicos, 2024. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/analise-comparativa-entre-o-codigo-de-menores-de-1927-e-o-codigo-de-menores-de-1979-aspectos-politicos-sociais-e-juridicos/2352366660>

BROADBAND COMMISSION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. Child Online Safety Universal Declaration. Broadband Commission and UNESCO, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1eCmAzEc4vur7nMJpfyb7bwGzrbeATBxY/view?usp=sharing>. Acesso em: 25 abr. 2024.

BUSINARI, Maurício. Fake news e exploração infantil: o que dizem autoridades sobre caso Marajó. UOL, 27 Fev. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/02/27/fake-news-e-exploracao-infantil-o-que-dizem-autoridades-sobre-caso-marajo.htm>. Acesso em: 30 mar. 2024.

BUTCHER, Isabel. 86% de crianças e adolescentes usuários de Internet possuem perfil em redes sociais. Site “Mobile Time”. Disponível em: <https://www.mobiletime.com.br/noticias/03/05/2023/86-de-criancas-e-adolescentes-usuarios-de-internet-possuem-perfil-em-redes-sociais/#:~:text=O%20WhatsApp%20re%C3%BAne%2078%25%20desses,de%20consumidores%20crian%C3%A7as%20e%20adolescentes>. Publicado em: 03 de maio de 2023. Acesso em: 13 de jan. 2024.

C

CÂMARA DISTRITAL. Audiência Pública - Apresentação dos Resultados do Observatório de Violência e Socioeducação do DF. Youtube – canal TV Câmara Distrital, 12 abr. 2024. 138 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fuP_kZh3P_0. Acesso em: 15 jan. 2026.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, anais, diários e documentos da Constituinte. Disponíveis em imagem.camara.gov.br/constituinte_principal.asp

CÂMARA DOS DEPUTADOS, documentação sobre emendas populares, emendas parlamentares, relatórios e substitutivos disponíveis no Portal da Constituição Cidadã. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/

CÂMARA DOS DEPUTADOS, Jornal da Constituinte (1987 e 1988). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/Jornal%20da%20Constituinte. Acesso em: 13 jan. 2026.

Câmara dos Deputados. Decreto nº 797, de 18 de junho de 1851. Manda executar o Regulamento para a organização do Censo geral do Império.

Coleção de Leis do Império do Brasil - 1851, Página 161 Vol. 1 pt II (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-797-18-junho-1851-559435-publicacaooriginal-81652-pe.html>. Acesso em: 1º set. 2025.

Câmara dos Deputados. Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890. Aprova o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 3474 Vol. Fasc.XI (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 set. 2025.

Câmara dos Deputados. Lei nº 387, de 19 de agosto de 1846. Regula a maneira de proceder às Eleições de Senadores, Deputados, Membros das Assembléas Provinciaes, Juizes de Paz, e Camaras Municipaes. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1846, Página 13 Vol. 1 pt. I (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-387-19-agosto-1846-555122-publicacaooriginal-83186-pl.html>. Acesso em: 1º set. 2025.

Câmara dos Deputados. Lei nº 1.829, de 9 de setembro de 1870. Sanciona o Decreto da Assembléa Geral que manda proceder ao recenseamento da população do Imperio. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1870, Página 89 Vol. 1 pt I (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-1829-9-setembro-1870-552647-norma-pl.html>. Acesso em: 1º set. 2025.

Câmara dos Deputados. PEC da Juventude - PEC 138/03 - Proteção dos Direitos da Juventude, de 20 de abril de 2003. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=129219>. Acesso em: 4 abr. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Quadros Históricos dos Dispositivos Constitucionais. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739>

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Toda criança é criança (2015). Youtube – canal Câmara dos Deputados, 04 jun. 2018. 54 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q9ZcLaqWVog>. Acesso em: 20 jan. 2026

CAMPOS, Juliana; TEIXEIRA, Mariana. Política de Assistência Social e Povos Indígenas: desafios para a efetivação dos direitos no SUAS. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 24, n. 3, 2021.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Algumas lições do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 50–61, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/PdQdmFtZzK3hQdNdLX8QGdN/?lang=pt>. Acesso em: 7 out. 2025.

CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Disponível em: <https://archive.org/details/osbestializadoso0000carv/mode/2up>. Acesso em: 20 de out. 2025.

CARVALHO, Marlene Tavares Barros de; ROCHA, Cristina Maria Vieira da, PINTO, Lorene Louise Silva; BULHÕES, Marília Mattos, SATO, Helena Keiko. O Programa Nacional de Imunizações nos 20 anos do Sistema Único de Saúde no Brasil. In: Saúde Brasil 2008: 20 anos de Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil [Internet]. 2008 [acesso em 09 de dezembro de 2013]. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2008.pdf

CASTILHO, Camila. [GRITOS DO SILÊNCIO] TikTok e crianças: exposição e adultização nas redes sociais. Pesquisa revela que 88% das crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos de idade possuem alguma rede social. Rádios Emissoras Públicas da UFSM. Publicado em: 22 Jul. 2024. Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-suplementares/radio/2024/07/22/gritos-do-silencio-tiktok-e-criancas-exposicao-e-adultizacao-nas-redes-sociais>. Acesso em: 07 Jan. 2026.

CASTRO, Mariana. Violência contra mulheres e meninas no campo sangram territórios tradicionais. Brasil de Fato, 14 jun. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/14/violencia-contra-mulheres-e-meninas-no-campo-sangram-territorios-tradicionais#:~:text=Foram%20registrados%2037%20estupros%20na,Kalunga%2C%20no%20estado%20de%20Goi%C3%A1s>. Acesso em: 01 abr. 2024.

CASTRO SANTOS, L. A. O pensamento sanitaria na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 193-210, 1985.

CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP (CMU). Conjunto Arthur Nazareno Pereira Villagelin. Item 2512 – Rua João Ramalho. Disponível em: https://atom.cmu.unicamp.br/uploads/r/centro-de-memoria-unicamp/3/4/f/34faf17d6443fe1169a956204fa768ca70ddd2dfcf7bbd62e857705f89c7323da33451e6-bb92-4000-be17-1dde7b6854f9-ANPV_01_02512.pdf. Acesso em: 13 set. 2025.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. Depoimento sem dano é pauta de reunião com Ministra de Direitos Humanos. Disponível em <https://www.cfess.org.br/noticia/view/667>. Consulta janeiro 2026.

CFESS. Nota Técnica sobre o exercício profissional de assistentes sociais e as exigências para a execução do Depoimento Especial. Redação Daniela Möller e Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz. 2018. Disponível em <https://cfess.org.br/arquivos/depoimento-especial-notatecnica2018.pdf>. Consulta janeiro 2026.

CFP - Conselho Federal de Psicologia (2019). Referências Técnicas para Atuação de psicólogas(os) em Varas de Família (2a ed.). Disponível em BR84-CFP-RefTec-VarasDeFamilia_web1.pdf. Consulta janeiro de 2026.

CFP. (2003). Resolução nº 007, de 14 de junho de 2003. Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP Nº 17/2002. Disponível em https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf Consulta janeiro 2026.

CGI BRASIL - Comitê Gestor da Internet no Brasil. Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids Online Brasil 2022 [livro eletrônico]. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. 1. ed. São Paulo: CGI Brasil, 2023. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/1/20230825142135/tic_kids_online_2022_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 18 set. 2025.

Childhood. Atendimento Integrado a crianças vítimas ou testemunhas de violência no planejamento plurianual dos municípios e estados brasileiros 2018-2021. Implementando a lei 13.431/2017.

Childhood Brasil. A Violência Sexual Infantil no Brasil - Entenda o cenário da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil e saiba como preveni-la. Publicado em: 14 Ago. 2019. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/a-violencia-sexual-infantil-no-brasil/>. Acesso em: 30 Abr. 2024.

Childhood Brasil. Escuta Protegida de Crianças e de Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violências: aspectos teóricos e metodológicos. Guia de Referência para Capacitação em Escuta Especializada e Depoimento Especial. Brasília, Universidade Católica de Brasília; São Paulo: Childhood Brasil, 2020. Disponível em: <https://escutaespecializada.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Guia-escuta-protetida-de-criancas-e-de-adolescentes-vitimas-ou-testemunhas-de-violencias-V4-2020-08-21.pdf?eid=4ozfuJITjIY%2FK%2BST7Cb%2BYF5FNI0bsSOFMCb%2FAgaZZj5Kp2qSqxakUp%2F059rBaxhiU3p3QeKNK2knPNuMbxL6QeXo%2FICWH%2FqGWYe gSaRgmXQdnnU%3D>. Acesso em: 22 jan. 2026.

Childhood Brasil. Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual. 4ª Edição. São Paulo: Childhood - Instituto WCF-Brasil, Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria de Educação, 2020.

Childhood Brasil. Os direitos de crianças e adolescentes indígenas. ENTREVISTA: Assis da Costa Oliveira, Coordenador do GT 'Direitos, Infâncias e Juventudes', fala sobre especificidades na proteção de crianças e adolescentes indígenas. Publicado em: 19 abril. 2019. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/os-direitos-de-criancas-e-adolescentes-indigenas/>. Acesso em: 14 mar. 2024.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil. Dados de 2021. Brasília: CIMI, 2021.

CIMI. Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2024 / Conselho Indigenista Missionário. 22.ed. - Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2025. Disponível em <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2025/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2024-cimi.pdf> Consulta janeiro 2026.

CINEMARK BRASIL. Disque Quilombola - Filmoteca FICI. Direção: David Reeks Roteiro: Gabriela Romeu e Renata Meirelles. Filmagem: David Reeks e Renata Meirelles. Produção executiva: Lia Nunes e Luiz Boffa. Produção: Daniela Meirelles e Gabriela Romeu. Direção de animação: Rafael Terpins. Animação: JãoZão. Duração: 13 min. Ano: 2012. Classificação indicativa: Livre. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9ikGkIDwENQ>

CNJ – Conselho Nacional de Justiça. Fluxo Geral da Lei nº 13.431/2017: Escuta Especializada e do Depoimento Especial no Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência e Guia para sua Implantação (Pacto Nacional pela Escuta Protegida). Brasília: Conselho Nacional de Justiça – CNJ, 2022.

CNJ. Manual Resolução n. 599/2024 – Comunidades Quilombolas: Diretrizes e Procedimentos para Efetivar a Garantia de Acesso à Justiça por Pessoas e Comunidades Quilombolas. Brasília: CNJ, 2024.

CNJ. Resolução nº 299, de 05 de novembro de 2019. Dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Brasília: CNJ, 2017.

CNJ. Sistema Nacional de Adoção e acolhimento. Painel de Acompanhamento. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=cursel&select=clearall>. Consulta janeiro 2026.

CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público. Carta de Brasília - Modernização do Controle da Atividade Extrajurisdicional pelas Corregedorias do Ministério Público. Em sessão pública ocorrida no dia 22.09.2016. Brasília: CNMP, 2016.

COÊLHO, Ailta Barros de S. R. Política de proteção à infância e à adolescência e descentralização. O Caso do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do adolescente – CDCA de João Pessoa-PB, 1997. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba – UFPB- CCHLA.

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Anais da VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. 2005. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/1538/1/SEDH_anais_2005.pdf. Acesso em: 19 de mai. 2025.

CONANDA. Construindo a Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes 2011 – 2020: Documento preliminar para consulta pública. Brasília: CONANDA, 2010.

CONANDA. Documento Base - Conceituação e Operacionalização para Realização da 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Tema: Mobilizando, Implementando e Monitorando a Política e o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios. Brasília: CONANDA, 2012. Disponível em: https://www.cedca.pr.gov.br/sites/cedca/arquivos_restritos/files/migrados/File/VIII_Conferencia_dos_Direitos_das_Crianças_e_do_Adolescente/Texto_Base_da_Nona_Conferencia.pdf. Acesso em: 9 set. 2025.

CONANDA. Nota Pública do Conanda sobre Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes, no uso da atribuição que lhe confere a Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991. Brasília, CONANDA, 1991.

CONANDA. Recomendações do Conanda para a proteção integral a crianças e adolescentes durante a pandemia do covid-19. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/recomendacoes-conanda/recomendacao-no-01-de-23-de-marco-de-2020.pdf>. Acesso em: 17 de nov. 2025.

CONANDA. Resolução nº 91, de 23 de Junho de 2003. Dispõe sobre a aplicação das disposições constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente à família, à comunidade, à sociedade, e especialmente à criança e ao adolescente indígenas. Brasília: CONANDA, 2003.

CONANDA. Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: CONANDA, 2006.

CONANDA. Resolução nº 180, de 20 de outubro de 2016. Dispõe sobre a igualdade de direitos entre meninas e meninos nas políticas públicas de atenção, proteção e defesa de crianças e adolescentes. CONANDA, 2016.

CONANDA. Resolução nº 181, de 10 de novembro de 2016. Dispõe sobre os parâmetros para interpretação dos direitos e adequação dos serviços relacionados ao atendimento de Crianças e Adolescentes pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil. Brasília, CONANDA, 2016.

CONANDA. Resolução nº 214, de 22 de novembro de 2018. Estabelece recomendações aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, visando a melhoria da participação de crianças, adolescentes e demais representações de povos e comunidades tradicionais no controle social dos direitos de crianças e adolescentes. Brasília: CONANDA, 2018.

CONANDA. Texto Base e Orientações Legais da VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente: participação, controle social e garantia de direitos – por uma política para a criança e o adolescente. 2005. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/1537/1/CONANDA_textobase_2005.pdf. Acesso em: 22 ago. 2025.

CONANDA. Texto Base e Orientações Legais da VII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente: concretizar direitos humanos de crianças e adolescentes: investimento obrigatório. 2007. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/1580/1/CONANDA_textobase_2007.pdf. Acesso em: 22 ago. 2025.

CONNECTAS. Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa: desafios para enfrentar as violências contra religiões afro-brasileiras. Portal Conectas, 19 jan. 2024. Disponível em: https://www.conectas.org/noticias/dia-nacional-de-combate-a-intolerancia-religiosa?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwk6SwBhDPARIsAJ59GwcPMWv9UrZm4pZ2a2vehZXRGNxgDk8yG_dWATkjl1oDCYib7KxVlkYaArqhEALw_wcB. Acesso em: 01 abr. 2024.

CONGRESSO NACIONAL. Assembleia Legislativa. Legislação e publicações. Glossário de Termos Legislativos. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-legislativo>. Acesso em: 26 set. 2025.

CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude. Guia de conselhos de juventude. Brasília: CONJUVE, 2014. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/biblioteca/guia-de-conselhos-de-juventude/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

CONJUVE. Guia de Conselhos de Juventude - Fortalecendo diálogos, promovendo direitos. Brasília: CONJUVE, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/541/1/Brasil-Gu%C3%ada-2018.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2025.

CONJUVE. Pesquisa Juventudes e a Pandemia de Coronavírus. Relatório de Resultados – junho de 2020. Brasília: CONJUVE, 2020. Disponível em: https://4fa1d1bc-0675-4684-8ee9-031db9be0aab.filesusr.com/ugd/f0d618_41b201dbab994b44b00aabca41f971bb.pdf. Acesso em: 30 out. 2025.

CONJUVE. Pesquisa Juventudes e a Pandemia de Coronavírus. Relatório Nacional. 2ª edição – maio de 2021. Brasília: CONJUVE, 2020. Disponível em: https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/08/JuventudesEPandemia2_Relatorio_Nacional_20210702.pdf. Acesso em: 30 out. 2025.

Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 20, de 28 de setembro de 2020. Dispõe sobre o acesso de famílias pertencentes a povos indígenas aos benefícios e serviços do SUAS. Brasília: CNAS, 2020.

Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 26 nov. 2012.

CONRAD, Camila; AZEREDO, Paula Prestes. Crimes Virtuais contra Crianças e Adolescentes e Medidas de Prevenção. Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidssp/article/view/23662/1192614095>. Acesso em: 08 Jan. 2026.

CORTEZ, Carlos. Querô (2007). Youtube – canal SOCIOLOGIA MARGINAL – MARLOS RODRIGUES, 18 mar. 2021. 88 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n3xZGVyxxrl>. Acesso em: 10 jan. 2026.

COSTA, Carlos Gomes. O novo direito da criança e do adolescente no Brasil: o conteúdo e o processo das mudanças no panorama legal. Cadernos CBIA Nº 2 Rio de Janeiro, Ano I, Ministério da Ação Social – MAS- CBIA, jan-fev. 1992.

COSTA, A. F. S.; EDMUNDO, O. J. C.; MOREIRA, M. I. C. Afeto e comum: Enfrentamento do racismo por crianças e jovens quilombolas no contexto escolar. Psicologia Política, vol. 20, n. 49, p. 627-640, 2020.

COSTA, Roberta; PADILHA, Maria Itayra; MONTICELLI, Marisa; RAMOS, Flávia Regina de Souza; BORENSTEIN, Miriam Süsskind. Políticas públicas de saúde ao recém-nascido no Brasil: reflexos para a assistência neonatal. *História da Enfermagem: Revista Eletrônica (HERE)*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 55–68, 2010. DOI: 10.51234/here.2010.v.1.201. Disponível em: <https://aben.emnuvens.com.br/here/article/view/201>. Acesso em: 14 out. 2025.

Cronemberger, Izabel Herika G. Matias e Teixeira, Solange M. Familismo na política social brasileira e as mulheres. *Revista FSA, Teresina*, v. 9, n. 2, art. 14, pp. 205-221, Ago./Dez. 2012.

Cultura SBC - Secretaria de Cultura e Juventude do Município de São Bernardo do Campo. Parte 3 – Cosmovisão. Disponível em: <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/cultura/-biblioteca-publica-lugar-de-conhecimentos-parte-3-cosmovisao>. Acesso em: 02 abr. 2024.

CUNHA, T. N. R.; SANTOS, J. S. B. M. dos; CARVALHO, N. C. Brincando no rio: a cultura infantil da criança quilombola. IACÁ: Artes da Cena, [S. l.], 2024.

CUSTÓDIO, André Viana. Direito da criança e do adolescente. Criciúma: UNESC, 2009.

D

DAMARIS DA SILVA MATOS. Identidade das crianças quilombolas na comunidade de Bela Aurora no Nordeste do Pará. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Pará, Capanema, 2022.

DÁVILA, C. 100 anos do Departamento Nacional de Saúde Pública. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 12 jun. 2019. Disponível em: <https://revistahcsm.coc.fiocruz.br/2019-100-anos-do-departamento-nacional-de-saude-publica/>. Acesso em: 18 set. 2025.

DE CÁSSIA, T. Movimento negro de base religiosa: a Irmandade do Rosário dos Pretos. *Caderno CRH*, 15(36), 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18634>. Acesso em: 4 set. 2025.

Del Priori, Mary. (Org.) *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

De Souza, Ailta Barros. Conselhos Tutelares do Distrito Federal-DF: Monitoramento e comparação de dois mandatos. *Conferência XXIII Seminario de la Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social (ALAEITS)* realizado los días 21, 22 y 23 de noviembre de 2022 en la ciudad de Montevideo, Uruguay.

DIDONET, Vital, Trajetória dos Direitos da Criança no Brasil – de menor e desvalido a criança cidadã, sujeito de direitos. In: *Avanços do Marco Legal da Primeira Infância. Cadernos de Trabalhos e Debates*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudios/pdf/obra-avancos-do-marco-legal-da-primeira-infancia>. Acesso em: 15 set. 2025.

DIEGUES, Cacá. Quilombo (1984). Youtube – canal Zezé Motta, 02 fev. 2014. 120 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=llh0cPBpduU>. Acesso em: 16 jan. 2026.

DÓREA, Célia Rosângela Dantas. Anísio Teixeira e a arquitetura escolar: planejando escolas, construindo sonhos. Revista da FAEEBA. Salvador, n.13, jan./jun. 2000, p.151- 160.

DUARTE, Anselmo. Os Trombadinhas (1979). Youtube – canal Jairo Dias, 19 jul. 2011. 91 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OFnvRQO1h7g>. Acesso em: 9 jan. 2026.

E

Engels, Friedrich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda, 1964. Disponível em: [https://dn710207.ca.archive.org/0/items/origem-da-familia-da-propriedade-privada-e-do-estado/Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado.pdf](https://dn710207.ca.archive.org/0/items/origem-da-familia-da-propriedade-privada-e-do-estado/Origem%20da%20Familia%20da%20Propriedade%20Privada%20e%20do%20Estado.pdf). Acesso em: 13 de nov. 2025.

Escola de Conselhos de Pernambuco. Zine O Grito dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR). Recife: Escola de Conselhos de Pernambuco, 1988 a 2001. Disponível em: <http://www.escoladeconselhospe.ufrpe.br/mnmmr/4/>. Acesso em: 14 jan. 2026.

F

FAÇABONITO. Marcos que antecederam a Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente): Linha do tempo dos direitos da criança e do adolescente. 2020. Disponível em: <https://www.facabonito.org/eca30anos>. Acesso em: 03 out. 2025.

FAÇABONITO, ECPAT Brasil. 18 de Maio – Campanha Faça Bonito, no Rio de Janeiro, 2024. Instagram – façabonitobrasil e ecpatbrail, 18 mai. 2024. 20 seg. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C7IVmgrNaKJ/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA%3D%3D. Acesso em: 13 jan. 2026.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. Rio de Janeiro: Cortez, 1995.

Faleiros, Vicente de Paula e Moraes, Patrícia Jakeliny F. S. Paradoxos da resolubilidade das denúncias de violência sexual na perspectiva dos conselheiros tutelares. O Social em Questão - Ano XIX - nº 35 – 2016, pp. 19-40. Disponível em <https://www.redalyc.org/journal/5522/552264171001/html/>. Consulta em dezembro 2025.

FARIA FILHO, L. M. Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIAS, Adrielle. Identidade de gênero: veja significado e tipos. Terra, 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/paradasp/identidade-de-genero-veja-significado-e-tipos,46e3c4dc81571eac65ed6d5c6a40f583fnskicdn.html>. Acesso em: 01 abr. 2024.

FARIAS, Bruna Rosa; MACIAZEKI-GOMES, Rita de Cássia; PAIXÃO, Cassiane de Freitas. Mulheres quilombolas contemporâneas: a matrigestão e a ancestralidade em uma comunidade quilombola da região sul do Brasil. Bakhtiniana, Revista de Estudos do Discurso, São Paulo, v. 20, n. 3, e66674p, jul./set. 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bak/a/bNcMTHDprksTKdcJFWXRFBq/?lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2025.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023- violência sexual infantil: aumentaram os casos ou as denúncias? São Paulo: FBSP, 2023.

FBSP. Violência sexual infantil: aumentaram os casos ou as denúncias? 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 204-213, 2023.

FBSP. Anuário brasileiro de segurança pública 2024. São Paulo, Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

FBSP. 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/c3605778-37b3-4ad6-8239-94e4cb236444>. Acesso em: 14 de nov. 2025.

FEC - Fundação Euclides da Cunha; UFF - Universidade Federal Fluminense; SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Pesquisa Quantitativa de Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Brasília: MDS, 2009. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/051.pdf>. Acesso em: 7 out. 2025.

FERNANDES, Antônio Cesar Araújo. Dependência de trajetória e Mudança institucional. Perspectivas, São Paulo, v. 44, p. 177-192, jul./dez. 2013.

FERNANDES, Maria Gabriela de Mello. A invisibilidade das ruralidades para a política de assistência social: um estudo no município de Biritiba Mirim. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

FERNANDES, Maria Nilvane Fernandes e LARA, Angela Mara de Barros Lara, A inserção do artigo 227 na Constituição Federal de 1988: os movimentos sociais, os atores políticos e a causa do menor, Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 56, N. 3, p. 289-302, set/dez 2020

FERREIRA, Denilson da Silva. Território, Territorialidade e seus Múltiplos Enfoques na Ciência Geográfica. Campo-território: Revista de Geografia Agrária. Belém: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA, 2014.

FERRER, J. G.; FERRANDIS, Estrella. Ideologia y política social. In: BRACHO, C. A.; FERRER, J. G. Política social. Madrid: McGraw-Hill, 1998.

FERRETTI, C. J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de

qualidade da educação. Ensino de Humanidades. Estudos Avançados, 2 (93), maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RKF694QXnBFGgJ78s8Pmp5x/?lang=pt>. Acesso em: 06 out. 2025.

FIGUEREDO TELES, A. et al. Análise das condições de vida de comunidades quilombolas do Tocantins, Brasil. Revista Brasileira de Educação do Campo, v. 5, e8671, 2020.

Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz. Quilombolas Kalunga lutam por direitos, reconhecimento de seu território tradicional, e contra invasões, grilagem e exploração sexual de crianças e jovens. Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Atualizada em fevereiro de 2023.

FNPETI - Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Caravana do Nordeste contra o Trabalho Infantil. Fortaleza: FNPETI, 2012. Disponível em: <https://www.sinait.org.br/noticia/5587/trabalho-infantilaravana-do-nordeste-contra-o-trabalho-infantil-realizou-atividades-desde-abril>. Acesso em: 7 out. 2025.

FNPETI. Você sabia que o trabalho infantil nas ruas é uma das piores formas? Youtube – canal FNPETI - Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, 23 jul. 2021. 44 seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0TalXQX-IVs>. Acesso em: 13 jan. 2026.

FONSECA, C. Modelando a cera virgem: a saúde da criança na política social de Vargas. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

FRANÇA, Bianca Luiza Freire de Castro. Por que devemos falar sobre a valorização de Comunidades e Povos Tradicionais no Brasil? FGV - Fundação Getúlio Vargas, 23 nov. 2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/devemos-falar-sobre-valorizacao-comunidades-e-povos-tradicionais-brasil>. Acesso em: 01 abr. 2024.

FRANÇA, Marlene. Meninos de Rua (1988). Youtube – canal CTAv Centro Técnico Audiovisual, 09 abr. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fff8rtKjACQ>. Acesso em: 13 jan. 2026.

FREIRE, M. M. L. Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FREIRE, M. M. L.; LEONY, V. S. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 18, p. 199-225, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/pMzXR6Xv9xBJgG9gyc4ZrZv/?lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2025.

FREIRE, Paulo. Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREITAS, L. C. de. Política Educacional e Base Nacional. Avaliação Educacional, [s. l.], 18 set. 2015. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2015/09/18/politica-educacional-e-base-nacional-final-2/>. Acesso em: 02 out. 2025.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1999.

Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Manual para a Formação e a Ação de Frentes Parlamentares em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: Save the Children Suécia, 2006. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/acervo/temas/Crian%C3%A7aAdolescenteManualFPIBrasil227.pdf>. Acesso em: 15 out. 2025.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48º Ed. São Paulo: Global, 2003.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2004.

FRIAS PG, MULLACHERY PH, GIUGLIANI ERJ. Políticas de saúde direcionadas às crianças brasileiras: breve histórico com enfoque na oferta de serviços de saúde. In: Saúde Brasil 2008: 20 anos de Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil [Internet]. 2008 [acesso em 09 de dezembro de 2013]. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2008.pdf

Fundação Cultural Palmares. Portaria nº 35, de 6 de dezembro de 2004. Registra comunidades remanescentes dos quilombos no Livro de Cadastro Geral da Fundação Cultural Palmares. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 dez. 2004. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDVFVewer?captchafield=firstAccess&data=10%2F12%2F2004&jornal=1&pagina=8>. Acesso em: 28 set. 2025.

Fundação Telefônica Vivo. Juventude Conectada 2. 1ª ed. - São Paulo: Fundação Telefônica Vivo, 2016. Disponível em: <https://www.fundacaotelefonicavivo.org.br/wp-content/uploads/pdfs/Juventude-Conectada-2016.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

FUNDO BRASIL. Significado da sigla LGBTQIA+. Blog Fundo Brasil. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/o-que-significa-a-sigla-lgbtqia/>. Acesso em: 01 abr. 2024.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 32ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

G

Globo – G1. *Com salário de R\$ 6 mil, eleição para Conselho Tutelar teve alta de 58% nos candidatos em Campinas*. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/10/12/com-salario-de-r-6-mil-eleicao-para-conselho-tutelar-teve-alta-de-58percent-nos-candidatos-em-campinas.ghtml> Consulta em dezembro de 2025.

GOMEZ, A. L. F.; GOMES, R. F. D.; AZEVEDO, G. A. N. Desejos dos estudantes

para o percurso casa-escola no mapeamento afetivo da cidade do Rio de Janeiro. Em Aberto, Brasília, v. 36, n. 117, p. 163-171, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/5633/4365>. Acesso em: 02 out. 2025.

GONÇALVES, I.A. Grupos escolares. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/35-1.pdf>. Acesso em: 9 set. 2025.

Gonçalves, Marilene P., Barreto, Ketnen R. M. e Martins, Valter. Trajetória do Bolsa Família e a recomposição das estratégias de superação da fome no Brasil. Revista Princípios, nº 169 jan./abr. 2024, pp. 105-123.

GONZAGA DE SOUZA, L. V. L.; LIBARDI, S. S. ENTRE PRESERVAR E TRANSFORMAR: Práticas culturais de crianças quilombolas no Sertão nordestino. Kwanissa, São Luís, v. 6, n. 14, p. 121-144, jan./jun. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Lei nº 1.846, de 14 de agosto de 1925. Reforma a Instrução Pública do Estado. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/134871>. Acesso em: 19 set. 2025.

GRUPO VIOLES - Grupo de Pesquisa sobre Tráfico de Pessoas, Violência e Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes/UnB. Site do Violes: mobilizando atores e potencializando direitos. Disponível em: <https://www.violes.com.br/>. Acesso em: 30 mar. 2024.

GUIMARÃES, J. T. S.; FIEL, L. S. N.; MONTEIRO, L. G. C. O trabalho do assistente social na proteção da infância quilombola e ribeirinha da Amazônia. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 22, n. 56, p. 149-163, set./dez., 2024.

QUITARRARA, Paloma. Estado. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/estado.htm>. Acesso em: 02 abr. 2024.

QUITARRARA, Paloma. O que é violência? Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/o-que-e-sociologia/o-que-e-violencia.htm>. Acesso em: 01 abr. 2024.

GUY, D. J. The Pan American Child congresses, 1916 to 1942: Panamericanism, child reform and the welfare state in Latin America. Journal of Family History, Ontario, v. 23, n. 33, p. 272-287, 1998.

H

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. GEOgraphia, vol: 22, n.48, 2020. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2020.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. História da educação brasileira: leituras. São Paulo: Cengage Learning, 2003.

HUBERMAN, LEO. História da Riqueza do Homem. 16ª Ed. São Paulo: Zahar, 1980.

Hutukara Associação Yanomami; Associação Wanasseduume Ye'kwana. Yanomami sob ataque: garimpo ilegal na terra indígena Yanomami e propostas para combatê-lo. Brasil: Instituto Socioambiental – ISA, 2022.

I

IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito da Família. Crianças quilombolas são submetidas a trabalho escravo e exploração sexual na região central do Brasil. IBDFAM, 24. jun. 2015. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/5673/Crian%C3%A7as+quilombolas+s%C3%A3o+submetidas+a+trabalho+escravo+e+explora%C3%A7%C3%A3o+sexual+na+regi%C3%A3o+central+do+Brasil>. Acesso em: 02 abr. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal. Disponível em [Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal](#) Consulta janeiro 2026.

IBGE. Censo demográfico 1991. Resultados gerais. Rio de Janeiro, IBGE.

IBGE. Censo demográfico 2000. Resultados gerais. Rio de Janeiro, IBGE.

IBGE. Censo demográfico 2010. Resultados gerais. Rio de Janeiro, IBGE.

IBGE. Censo demográfico 2022. Resultados gerais. Rio de Janeiro, IBGE.

IBGE. Censo Demográfico: Indígenas. Dados do Primeiro Universo. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2023a.

IBGE. Censo Demográfico: Quilombolas. Dados do Primeiro Universo. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2023b.

IBGE. Grupos culturalmente diferenciados. IBGE. Disponível em: <https://anda.ibge.gov.br/sobre/povos-e-comunidades-tradicionais.html>. Acesso em: 31 mai. 2024.

IBGE. Histórico dos Censos. Introdução. 1.2 Censos demográficos no Brasil. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/panorama-introdutorio.html>. Acesso em: 1º set. 2025.

IBGE. Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2012.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. PNAD e PNAD. Indicadores de rendimento, trabalho infantil, frequência escolar, saneamento, acesso digital, Brasil, 1992 a 2024. Rio de Janeiro, IBGE.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>. Acesso em: 15 Mar. 2024.

ICL - Instituto Conhecimento Liberta. Retirada do Brasil do Mapa da Fome da ONU: o significado e as metodologias por trás desse dado. ICL Notícias. Disponível em <https://iclnoticias.com.br/conhecimento/mapa-da-fome-da-onu/>. Acesso em: 14 de nov. 2025.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo escolar da educação básica. Séries históricas de matrículas e infraestrutura, Brasil, 1995 a 2024. Brasília, Inep.

INEP. Saeb e Ideb. Resultados nacionais da educação básica. Brasília, Inep.

INOJOSA, Rose Marie. Redes de compromisso social. Artigo recebido em jul. e aceito em set. 1999. RAP Rio de Janeiro 33(5): 115.41, SET/OUT. 1999. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7628/6155>. Acesso em: 30 mar. 2024.

Instituto Alana. Vulnerabilidade social. Disponível em: <https://alana.org.br/glossario/vulnerabilidade-social/>. Acesso em: 02 abr. 2024.

IPEA; FBSP. Atlas da Violência 2025. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/290/atlas-da-violencia-2025>. Acesso em: 23 abr. 2024.

IPEA; FBSP. Atlas da Violência 2024. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/287/atlas-da-violencia-2024>. Acesso em: 16 set. 2025.

IPEA. Deliberações da VII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente “Concretizar Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes: Um Investimento Obrigatório”. Brasília, 2007. Disponível em: https://ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Crianca_adolescente_VII/deliberacoes_7_conferencia_direitos_crianca_adolescente.pdf. Acesso em: 24 out. 2025.

IPEA. Elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados. IPEA, 2023. Disponível em <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/483862e7-820f-44a5-8708-d499ba857ab5/content> Consulta janeiro 2026.

IPEA. Gasto Social com Crianças e Adolescentes no Orçamento Federal 2019 a 2024. 2025. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/media/34326/file/Gasto%20Social%202019%202924.pdf>. Consulta janeiro 2024.

IPEA. Relatório da X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Crianca_Adolescente_X/relatorio-final-da-10a-conferencia-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente.pdf. Acesso em: 8 de abr. 2025.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Olinda: Seminário e Igreja de Nossa Senhora da Graça. Encarte Rotas do Patrimônio: Uma

Viagem Através da História. Disponível em: <https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/items/65189f6a-eb75-4e7c-ab6b-2fc6393f6942>. Acesso em: 13 set. 2025.

Irion, Adriana. Gazeta Zero Hora. Caso Bernardo: documentos revelam atuação da rede de proteção. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/04/Caso-Bernardo-documentos-revelam-atuacao-da-rede-de-protecao-4485460.html>. Acesso em: 13 de nov. 2025.

J

JESUS, Neusa Francisca de. O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR). Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente (NECA), 2021. Disponível em: <https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/2021/05/TEXTO-MOVIMENTO-NACIONAL-MENINOS-E-MENINAS-DE-RUA-Neusa-Francisca.pdf>. Acesso em: 21 de out. 2025.

JOFFILY, Bernardo (Coord.) Atlas Histórico Isto é Brasil, 500 anos: Colônia, Império, República. São Paulo, SP: Ed. Três, 1998. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/5742>. Acesso em: 23 set. 2025.

Jornal de Brasília. Lista de mortos em operação no RJ evidencia letalidade de jovens. 2025. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/noticias/brasil/lista-de-mortos-em-operacao-no-rj-evidencia-letalidade-de-jovens/>. Consulta janeiro 2026.

K

KAMBEBA, Márcia Wayna. O lugar do saber – Série Saberes Tradicionais. Vol. 1. São Leopoldo: Casa Leiria, 2ª edição, 2020.

KISHIMOTO, Tizuko M. Brinquedos e brincadeiras na educação infantil. In: Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – perspectivas atuais. Belo Horizonte, nov. 2010.

Kramer, Sílvia. A política do pré-escolar no Brasil. A arte do disfarce. 4ª Edição, São Paulo, Cortez, 1992.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

L

LEAL, Maria de Fátima Pinto. Projeto ViraVida: uma virada na vida de meninos e meninas do Brasil. Validação da Metodologia Utilizada na Fase Piloto (junho de 2008 a novembro de 2010). Relatório Final. Brasília: Conselho Nacional do SESI e Grupo Violes/SER/UnB, 2010. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1uC5496_2J6JabU3wgZMOkyN0sE4am2At/view. Acesso em: 24 set. 2025.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. A Mobilização das ONGs no Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1bYBoshezS-g2qGTGf89ZkbbaNzbBibQ7/view>. Acesso em: 15 out. 2025.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes do Município de Cristalina/GO. Cristalina: Grupo Violes/SER/UnB, 2013.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. No Olho da Rua (1989). Youtube – canal Grupo Violes, 15 fev. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2GWkfxPI0aE>. Acesso em: 12 jan. 2026.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. Política Institucional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM/UnB. Congresso Internacional Nuevos Horizontes de la Ciencia y la Multidisciplina. 25 de abril de 2023. Guadalajara: Academia Jalisciense de Ciencias, A.C, 2023.

LEAL, Maria Lúcia Pinto; LEAL, Maria de Fátima Pinto; CÉSAR, Maria Auxiliadora. Matriz Intersectorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Brasília: Universidade de Brasília, 2011. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1XwRhF40gFCE50hiz2Ys8tcWUgTMpSiry/view>. Acesso em: 13 nov. 2025.

LEAL, Maria Lúcia Pinto; LEAL, Maria de Fátima Pinto; CÉSAR, Maria Auxiliadora. Participação e Protagonismo de adolescentes e jovens nas práticas institucionais. Brasília: Universidade de Brasília, 2012. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/14wNMgnP8BxLLZtp3EJA5veAjJv9ev9Ro/view>. Acesso em: 28 out. 2025.

LEAL, Maria Lúcia Pinto; LEAL, Maria de Fátima Pinto. Avaliação das Metodologias de Intervenção Social e Artística Desenvolvidas por ONGs com Crianças e Adolescentes Vulneráveis à Violência Sexual - MISA. Relatório Final. Brasília: MDHC e Grupo Violes/SER/UnB, 2004. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/16ebKzw8hig5zGyqzTxe_mDCstGe825_l/view. Acesso em: 13 out. 2025.

LEAL, Maria Lúcia Pinto; LEAL, Maria de Fátima Pinto. Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil - PESTRAF. Brasília: Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes - CECRIA, 2003. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/18HCq6QBUXizqf0jiQahO3BSIcelidMtO/view>. Acesso em: 5 nov. 2025.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. Trajetória Social da Criança e do(a) Adolescente em Situação de Exploração Sexual na Rodoviária e no Setor Comercial Sul de Brasília: metodologia de pesquisa-ação e intervenção social (2008/2009). Relatório Final. Brasília: Grupo Violes/SER/UnB, 2012. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Ah-Rf1IX1AVyMETN-1WBhvRmFz9av70t/view>. Acesso em: 27 set. 2025.

LEITE, I. B. Remanescentes de quilombos: o processo de certificação. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

LEMES, Raquel Karpinski; LOPES, Andreia dos Santos; NINA, Eduarda Klein Della. A Importância do Brincar para a Criança: educação infantil e anos iniciais. FACCAT – Faculdades Integradas de Taquara. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/A%20IMPORTANCIA%20DO%20BRINCAR.pdf>. Acesso em: 06 de Jan. 2026.

LESSA, Daniele. Infância e adolescência dos índios - A diversidade de etnias (05'18") - Reportagem Especial. Rádio Câmara. Publicado em: 17 Dez. 2010. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/345711-infancia-e-adolescencia-dos-indios-a-diversidade-de-etnias-0518/>. Acesso em: 30 Abr. 2024.

LIMA, Acácia Mayra Pereira de; SANTOS, Helena Paula Guerra dos; LUZ, Leandro Alves da; FLORES-QUISPE, Maria del Pilar; MARTUFI, Valentina; ANJOS, Eduarda Ferreira dos; OLIVEIRA, Cátia; FALCÃO, Ila; ORTELAN, Naiá; ROCHA, Aline dos Santos; AQUINO, Rosana; VIEIRA-MEYER, Anya P. G. F.; ICHIHARA, Maria Yury; BARRETO, Maurício Lima; PINTO JÚNIOR, Elzo Pereira. Evolução das políticas relacionadas à saúde da criança no âmbito da atenção primária brasileira. SciELO Preprints, 2024. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4524/8730>. Acesso em: 14 out. 2025.

LIMA, Oliveira. Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira. Edições do Senado Federal. Vol. 158. Brasília, Senado Federal, 2012.

Lira, Terçália S.V. e NASCIMENTO, Uélma. A. A terceirização do cuidado: O serviço de família acolhedora em face do desmonte das políticas sociais. Emancipação, Ponta Grossa - PR, Brasil. 10.5212/, v. 25, p. 1-24, 2025.

LOPES, T. C.; MAIO, M. C. Puericultura, eugenia e interpretações do Brasil na construção do Departamento Nacional da Criança (1940). Tempo, Niterói, v. 24, n. 2, p. 349-368, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/nrm6NdRJQTBcLphRFFWzGbs/?lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2025.

LUDKE, M. (Org). Pesquisa em Educação: Abordagem Qualitativa, 2ªed. São Paulo: E.P.U., 1998.

M

Maciel, Katia Regina F. Andrade. Em defesa do superior interesse da criança como princípio constitucional e sua interpretação pelas cortes superiores no Brasil nas demandas de relações parento-filiais. Revista do Ministério Público. Rio de Janeiro: MPRJ, n. 47, jan./mar. 2013, pp. 105-141. Disponível em https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2580660/Katia_Regina_Ferreira_Lobo_Andrade_Maciel.pdf. Acesso em: 1º de nov. 2025.

MAES, C. W. Progeny of progress: child-centered policymaking and national identity construction in Brazil, 1922-1954. 2011. Tese (Doutorado em História) – Emory University, Atlanta, 2011.

MAIA, L. de O. (2021). Política pombalina e educação escolar de crianças indígenas no mundo colonial: uma contribuição à historiografia da infância no Brasil. *Revista Brasileira De História & Ciências Sociais*, 13(25), 9–30. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/11584>. Acesso em: 15 set. 2025.

Maia, Maria Clara de Mendonça. Redemocratização e movimentos feministas brasileiros: a luta pela legalização do aborto na década de 1980. *ex æquo*, n.º 50, pp. 113-129. Disponível em <https://scielo.pt/pdf/aeq/n50/0874-5560-aeq-50-113.pdf>. Consulta em novembro 2025.

MARCHETTI FILHO, Gilberto Ferreira; MILAN, Ezequias Freire. Racismo estrutural e ambiental: uma análise sobre o desenvolvimento das cidades brasileiras e o direito das minorias. *Revista Videre*, [S. l.], v. 15, n. 32, p. 72–86, 2023. DOI: 10.30612/videre.v15i32.15663. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/videre/article/view/15663>. Acesso em: 3 nov. 2025.

MARCILIO, Maria Luiza, “A lenta construção dos direitos da criança brasileira no século XX”, *Revista USP*, São Paulo, n.º 37, pp. 46-57, 1998

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil, 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *História social da infância no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2016. p. 51-77.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARINHO, Cristiane da Silva Ramos; FERREIRA, Maria Angela Fernandes. The evolution of public policies toward the reduction of child and under-five child mortality in Brazil. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 11, p. e474101119584, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i11.19584. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/19584>. Acesso em: 14 oct. 2025.

MARQUES, Daniele. O que é racismo ambiental? *Educa Mais Brasil*, 04 abr. 2023. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/o-que-e-racismo-ambiental>. Acesso em: 01 abr. 2024.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A Doutrina de Segurança Nacional: uma ideologia de dominação*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARTINS, Marco Aurélio Corrêa Martins. *Legislação da instrução pública da província do Rio de Janeiro (1835-1875) brevemente comentada*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. Disponível em: https://www2.alerj.rj.gov.br/biblioteca/assets/documentos/pdf/publicacoes/livros/legislacaoInstrucaoPublicaProvinciaRJ_1835_1875.pdf. Acesso em: 4 set. 2025.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MATOS, D. S. Identidade das Crianças Quilombolas na Comunidade de Bela Aurora no Nordeste do Pará. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Pará, Capanema, 2022.

MATTOS, L. A., Primórdios da Educação no Brasil: o período heróico (1549-1570). Rio de Janeiro, Aurora, 1958. 306 p.

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC). Mudança do Clima 2023: Relatório Síntese. Contribuição dos Grupos de Trabalho I, II e III para o Sexto Relatório de Avaliação (AR6). Tradução de SJR Assessoria & Tradução LTDA; revisão Antônio Marcos Mendonça et al. Genebra: IPCC, 2023. 182 p. ISBN 978-92-9169-164-7. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf. Acesso em: 3 nov. 2025.

MDHC - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. 81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa. Publicado em: 14 Jul. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/81-dos-casos-de-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-ocorrem-dentro-de-casa>. Acesso em: 13 mar. 2024

MDHC. Cidadania Marajó. MDHC. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/cidadania-marajo>. Acesso em: 24 abr. 2024.

MDHC. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Publicado em: 31 jul. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/conanda>. Acesso em: 13 mar. 2024.

MDHC. Deliberações Finais da 8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. 2009. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/1583/1/SDH_delibera%c3%a7%c3%b5es_2009.pdf. Acesso em: 18 ago. 2025.

MDHC. Disque 100 registra mais de 17,5 mil violações sexuais contra crianças e adolescentes nos quatro primeiros meses de 2023. Publicado em: 17 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/disque-100-registra-mais-de-17-5-mil-violacoes-sexuais-contra-criancas-e-adolescentes-nos-quatro-primeiros-meses-de-2023>. Acesso em: 20 de fev. 2024.

MDHC. Documentos e legislações da 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente: prioridade absoluta para crianças e adolescentes. 1995. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/1373>. Acesso em: 16 mar. 2025.

MDHC. Documentos e legislações da 11ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do adolescente. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/11a-conferencia-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em: 14 fev. 2025.

MDHC. Número de denúncias registradas pelo Disque 100 cresce 38% durante o Carnaval de 2024. Publicado em: 19 de fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/fevereiro/numero-de-denuncias-registradas-pelo-disque-100-cresce-38-durante-o-carnaval-de-2024>. Acesso em: 20 de fev. 2024.

MDHC. Painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>. Acesso em: 29 Abr. 2024.

MDHC. Você sabe para que serve o Conselho Tutelar? Publicado em: 1 jun. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/voce-sabe-para-que-serve-o-conselho-tutelar>. Acesso em: 15 out. 2025.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Brasília, MDS.

MDS. Caderno de Orientações Técnicas sobre o AEPETI. Brasília: MDS, 2013.

MDS. Caderno de Orientações Técnicas para o Trabalho Social com Famílias de Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: MDS, 2021.

MDS. Política Nacional da Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/normativas/pnas2004.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

MDS. Portaria MDS nº 137 de 25 de abril de 2006. Estabelece normas de Cooperação técnica e financeira de Projetos para Estruturação da Rede de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social em 2006. Brasília, DF: Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/portarias/2006/Portaria%20MDS%20no%20137-%20de%2024%20de%20abril%20de%202006.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

MDS. Quilombolas: Guia de Políticas Sociais. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

MDS. Quilombolas: Serviços e Benefícios do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF: MDS, 2009.

MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social (SUAS): normas operacionais básicas. Brasília, DF: MDS, 2005.

MEDH – Ministério Especial dos Direitos Humanos. Anais da V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. 2004. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/1535/1/SEDH_anais_2004.pdf. Acesso em: 17 jun. 2025.

MELO, Adriana. A.S. Aspectos da coexistência entre educação pública e provada no Brasil de hoje. In: PIMENTEL, Nara M.; ROCHA, Maria Zélia B. (Org.). Organização da Educação Brasileira: marcos contemporâneos. 1ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016, v.1, p. 135-169.

MELO, Josimeire M. S. História da Educação no Brasil. Coordenação Cassandra Ribeiro Joye. 2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.

MELO, Marcus André de. O Sucesso Inesperado das Reformas de Segunda Geração: Federalismo, Reformas Constitucionais e Política Social. DADOS—Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 4, 2005, pp.845a889. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/218/21848404.pdf>. Acesso em: 1º de nov. 2025.

MEMÓRIAS DA DITADURA. Educação. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/a-educacao-brasileira-antes-de-1964/>. Acesso em: 21 set. 2025.

MENDES, Eugenio Vilaça. O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde: o imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família [Internet]. Brasília (DF): Organização Pan-Americana da Saúde; 2012. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cuidado_condicoes_atencao_primaria_saude.pdf

MÉNDEZ, Emílio García. Adolescentes e responsabilidade penal. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 13, n. 51, p. 9-24, 2006. Disponível em: <https://pergamum.tjrs.jus.br/pergamumweb/vinculos/000000/000000aa.pdf> . Acesso em: 17 set. 2025.

MENDONÇA, Rita de Cássia Araújo Alves. Protagonismo Juvenil: um estudo da participação social dos adolescentes nos programas de saúde sexual e reprodutiva em Natal/RN. Dissertação de Mestrado. Natal: UFRN, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/3ac2ff7c-0f3c-4eff-ad52-f09da76c2e5c/content>. Acesso em: 13 jun. 2025.

MENEZES, Luiz Fernando. Desenhamos fatos sobre a 'ideologia de gênero'. Aos Fatos, 06 set. 2019. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/desenhamos-fatos-sobre-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 01 abr. 2024.

MESTRINER, Maria Luiza. O Estado entre a filantropia e a assistência social. São Paulo: Cortez, 2008.

Ministério da Igualdade Racial. Cartilha Aquilomba Brasil: Políticas Públicas para Quilombolas. Brasília-DF: Ministério da Igualdade Racial, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/Aquilomba-Brasil/cartilha-aquilomba-brasil-site.pdf>. Acesso em: 01 out. 2025.

MJSP - Ministério da Justiça e da Segurança Pública. Anais da II Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. 1997. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/11924>. Acesso em: 14 out. 2025.

MJSP. Anais da IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. 2001. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/11667/1/635581%20Anais%20da%20IV%20Confer%C3%Aancia%20Nacional%20dos%20Direitos%20da%20Crian%C3%A7a%20e%20do%20Adolescente%20%20Bras%C3%ADliaDF%2C%2019%20a%2022%20de%20novembro%20de%202001.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

MJSP. Luz na Infância 10: operação de combate à exploração sexual infantil analisa 4 terabytes de material pornográfico. Publicado em: 07 dez. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/luz-na-infancia-10-operacao-de-combate-a-exploracao-sexual-infantil-analisa-4-terabytes-de-material-pornografico>. Acesso em: 24 abr. 2024.

MJSP. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Brasília, Ministério da Justiça, 2000.

MJSP. Uma década de história rumo ao terceiro milênio: anais da III Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. 2000. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/handle/1/11705?utm_. Acesso em: 30 mar. 2024.

MNMMR – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Crianças Abandonadas - II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua (Brasília, 1989). Youtube – canal Eduardo Motta, 11 mar. 2014. 48 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_VPL6-hSjY. Acesso em: 20 jan. 2026.

MONLEVADE, João A. Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores. Brasília: CEAD/UnB, 2008.

MORAES, Isabela e MEDEIROS, Letícia. Gênero: você entende o que significa? Politize, 20 mai. 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/vamos-falar-sobre-genero/>. Acesso em: 01 abr. 2024.

MOREIRA, Adriano e SALLES, Leila Maria Ferreira Salles, “Crianças e Adolescentes na Constituinte: Fragmentos e luz sobre os Invisíveis”, Revista Educação em foco, Juiz de Fora, v. 22, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/19753/10605>

MORTELARO, P. K.; CIRELLI, J. F.; NARCHI, N. Z.; CAMPOS, E. A. de. Da Rede Cegonha à RAMI: tensões entre paradigmas de atenção ao ciclo gravídico-puerperal. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 48, n. 140, e8152, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/ckgS8FzczkCymk86GkC9xwP/?lang=pt> . Acesso em: 13 out. 2025.

MOURA, Clóvis. Quilombos: resistência ao escravismo. São Paulo: Ática, 1981.

MPCE - Ministério Público do Estado do Ceará. Protocolo de escuta especializada [recurso eletrônico/físico]. Fortaleza: Núcleo de atendimento às vítimas de violência– NUAVV- MPCE, 2024.

MPDFT - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. O que é abuso sexual? MPDFT, 2020. Disponível em: <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/conhecampdft-menu/nucleos-e-grupos/nevesca/perguntas-frequentes-mainmenu-428/3202-o-que-e-abuso-sexual>. Acesso em: 31 mar. 2024.

MPF - Ministério Público Federal. Ofício MDA nº 03/2023/CGTI-DGGUND/MDA (PR-GO-00054180/2023) Ementa: Proteção da posse tradicional. Autodeclaração dos territórios tradicionais. Plataforma de Territórios Tradicionais. Land Administration Domain Model e Social Tenure Domain Model

(ISO 19.152). Integração de informações geográficas voluntárias nos sistemas de administração fundiária. MPF, 2023.

MPF. Portaria PGR/MPF N° 167, de 8 de março de 2019. Define o escopo da Plataforma de Territórios Tradicionais. Cria o Conselho Gestor e o Comitê Técnico e define suas atribuições. MPF, 2019.

MPPA - Ministério Público do Estado do Pará. Do abuso e da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes: Medidas de combate e a importância da Conscientização Social. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/areas/institucional/cao/infancia/dia-nacional-de-combate-ao-abuso-e-a-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes.htm#:~:text=Para%20enfrentar%20a%20problem%C3%A1tica%20da,em%20especial%20pais%2C%20respons%C3%A1veis%20e>. Acesso em: 30 Abr. 2024.

MPPA. Guia de orientação: enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Belém: Ministério Público do Estado do Pará, 2018.

MPPA. #NavegueNãoNaufrague, #EcaTeProtege: navegue na rede, mas não naufrague nos crimes sexuais. Belém: Ministério Público do Estado do Pará, 2019.

MPPA. Projeto Navegue Não Naufrague nos Crimes Sexuais. Belém: Ministério Público do Estado do Pará, 2018.

MS - Ministério da Saúde. Agenda de compromissos para a saúde integral da criança e redução da mortalidade infantil. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/agenda_compro_crianca.pdf. Acesso em: 14 out. 2025.

MS. Boletim Epidemiológico N° 8: Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021. Vol. 54. Publicado em: 29 fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-08>. Acesso em: 03 de mar. 2024.

MS. Boletim Epidemiológico: perfil epidemiológico dos nascimentos prematuros no Brasil, 2012–2022. V. 55, n. 13, 30 set. 2024. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2024/boletim-epidemiologico-volume-55-no-13.pdf>. Acesso em: 16 out. 2025.

MS. Mais saúde direito de todos, 2008-2011. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2008.

MS. Manual de vigilância do óbito infantil e fetal e do comitê de prevenção do óbito infantil e fetal [Internet]. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2009 [acesso em 22 fevereiro de 2012]. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_obito_infantil_fetal_2ed.pdf. Acesso em: 16 out. 2025.

MS. Pacto nacional pela redução da mortalidade materna e neonatal. 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-do-sus/articulacao-interfederativa/cit/pautas-de-reunioes-e-resumos/2004/marco/2->

[a-pacto-reducao-mortalidade.pdf](#). Acesso em: 14 out. 2025.

MS. Painel de Monitoramento Infantil e Fetal. [Internet]: Ministério da Saúde. Disponível em: <https://svs.aids.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/mortalidade/infantil-e-fetal/>. Acesso em: 14 out. 2025.

MS. Portaria GM/MS nº 715, de 4 de abril de 2022. Institui a Rede de Atenção Materna e Infantil (RAMI), no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, e altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 64, p. 175, 5 abr. 2022. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2022/prt0715_06_04_2022.html. Acesso em: 13 out. 2025.

MS. Portaria GM/MS nº 5.350, de 12 de setembro de 2024. Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede Alyne. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 set. 2024. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt5350_13_09_2024.html

MS. Portaria Interministerial nº 1.369, de 8 de julho de 2013. Dispõe sobre a Implementação do Projeto Mais Médicos para o Brasil. Diário Oficial da União, 2013. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/pri1369_08_07_2013.html. Acesso em: 13 out. 2025.

MS. Portaria nº 1.130, de 5 de agosto de 2015. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 149, p. 37–41, 6 ago. 2015. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1130_05_08_2015.html. Acesso em: 13 out. 2025.

MS. Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, a Rede Cegonha. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 120, p. 109, 27 jun. 2011. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html. Acesso em: 13 out. 2025.

MS. Portaria nº 2.203, de 5 de novembro de 1996: Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB-SUS 01/96. Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1996/prt2203_05_11_1996.html. Acesso em: 13 out. 2025.

MS. Portaria nº 2.395, de 7 de outubro de 2009. Institui a Estratégia Brasileirinhos e Brasileirinhas Saudáveis e cria o Comitê Técnico Consultivo para a sua implementação. Diário Oficial da União, Brasília, 9 out. 2009. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2395_07_10_2009.html. Acesso em: 14 out. 2025.

MS. Portaria nº 2.799, de 18 de novembro de 2008. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a Rede Amamenta Brasil. Diário Oficial União 19 nov. 2008; Seção 1. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt2799_18_11_2008.html. Acesso em: 14 out. 2025.

MS. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de

Saúde (SUS). Diário Oficial da União 31 dez 2010; Seção 1. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279_30_12_2010.html. Acesso em: 14 out. 2025.

MS. Projeto para redução da mortalidade na infância. Brasília: Ministério da Saúde, 1995. 40p.

MS. Secretaria de Atenção à Saúde. Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno. Gestões e gestores de políticas públicas de atenção à saúde da criança: 70 anos de história / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 80 p.: il. – (Série I. História da Saúde). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/70_anos_historia_saude_crianca.pdf

MS. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Agenda de compromissos para a saúde integral da criança e redução da mortalidade infantil / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004

MS. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde. / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção em Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 132 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf. Acesso em: 14 out. 2025.

MS. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança: orientações para implementação. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2018/07/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Aten%C3%A7%C3%A3o-Integral-%C3%A0-Sa%C3%BAde-da-Crian%C3%A7a-PNAISC-Vers%C3%A3o-Eletr%C3%B4nica.pdf>. Acesso em: 14 out. 2025.

MS. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_crescimento_desenvolvimento.pdf. Acesso em: 14 out. 2025.

MS. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao_2ed.pdf. Acesso em: 14 out. 2025.

MS. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 1ª ed. reimp. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 84p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf. Acesso em: 14 out. 2025.

MS. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 1999.

MS. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 1ª ed. reimp. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 84p.

MS. Secretaria de Vigilância em Saúde. Sistema de Informações sobre Mortalidade. SIM. Estatísticas de mortalidade por causas, Brasil, 1990 a 2023. Brasília, Ministério da Saúde.

MS. Secretaria de Vigilância em Saúde. Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos. SINASC. Nascidos vivos, Brasil, 1994 a 2023. Brasília, Ministério da Saúde.

MS. Viva Sinan. Vigilância de violências e acidentes. Notificações de violências interpessoais e autoprovocadas contra crianças e adolescentes, Brasil, 2009 a 2023. Brasília, Ministério da Saúde.

MULTIRIO. A Guerra dos Marimbondos. Jeanne Abi-Ramia. Publicado em 6 jun. 2016. Disponível em: <https://multi.rio/index.php/artigos/9737-guerra-dos-marimbondos>. Acesso em: 1º set. 2025.

N

NASCIMENTO, Abdias do. O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. 2. ed. Brasília; Rio de Janeiro: Fundação Palmares; OR Editor Produtor, 2002.

NECA – Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente. 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (12ª CNDCA). 2022. Disponível em: <https://www.neca.org.br/12a-conferencia-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente/>. Acesso em: 20 mai. 2025.

Neri, Marcelo. Mapa da Nova Pobreza. Rio de Janeiro, RJ – junho/2022 – FGV Social. pp.40. (inclui anexo em separado com atlas de pobreza). Disponível em: <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza> (português). Disponível em: <https://cps.fgv.br/en/NewPovertyMap> (inglês). Acesso em: 13 de nov. 2025.

Neves, Marcelo Alves. Revogação da lei de alienação parental: O retrocesso do PL 2.812/22. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/445966/revogacao-da-lei-de-alienacao-parental-o-retrocesso-do-pl-2-812-22>. Consulta janeiro 2026.

O

O'DWYER, E. C. Quilombos – identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

OIM - Organização Internacional para as Migrações. Caderno de experiências sobre atendimento culturalmente sensível para indígenas warao em mobilidade no Brasil. OIM/ONU, 2023.

OIM. Políticas locais sobre migração: formulação e desenho da política pública [livro eletrônico]. Brasília, DF: OIM, 2022. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/Guia-Politicas-Locais-sobre-Migracao.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, de 7 de junho de 1989. OIT, 1989.

OIT. Convenção 182 sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação, de 1ª de junho de 1999, em sua 87ª Reunião. OIT, 1999.

OMS - Organização Mundial de Saúde. Global strategy for women's, children's and adolescents' health (2016–2030): survive, thrive, transform. Geneva: World Health Organization, 2015. Disponível em: <https://iris.who.int/server/api/core/bitstreams/919d9471-54bd-48e6-b7ce-88097537f462/content>. Acesso em: 14 out. 2025.

OMS. Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. OMS, Organização Mundial de Saúde. Genebra: OMS; 2002.

ONU - Organização das Nações Unidas. Comentário Geral nº 26 (2023) sobre os direitos da criança e o meio ambiente, com enfoque especial nas mudanças climáticas, de 22 de agosto de 2023. ONU, 2023.

ONU. Convenção sobre os Direitos da Criança. Adotada pela Resolução nº L. 44 (XLIV) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 20 de setembro de 1990. ONU, 1989.

ONU. Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança, aprovada em 26 set. 1924. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/22021/file/Declaracao-de-Genebra-1924.pdf>. Acesso em: 17 set. 2025.

ONU. Resolução nº 217 A III, de 10 de dezembro de 1948 – Declaração Universal dos Direitos Humanos. ONU, 1948.

ONU. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nações Unidas no Brasil, 15 set. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 14 out. 2025.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. Manual para vigilância do desenvolvimento infantil no contexto da AIDPI. Washington, D.C.: OPAS, 2005. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1711.pdf>

OPAS. Saúde da criança: estratégias e programas para a Região das Américas. Washington, D.C.: Organização Pan-Americana da Saúde, 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-das-criancas>. Acesso em: 14 out. 2025.

OPOInfâncias – Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias. Análise Situacional das Condições de Vida e Acesso às Políticas Públicas das Crianças Indígenas no Rio Grande do Norte – Relatório Final. Natal: OPOInfâncias Equipe RN, 2024. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1FC5oknb62jxx3wl_SP-gluABcyDXJByo/view. Acesso em 16 jan. 2026.

OPOInfâncias. Relatório geral de Pesquisa: Povos Originários e suas Infâncias no Brasil. Brasília: OPOInfâncias/CEAM/UnB, 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1DEll60-Mdkn-tgGcDbbhlgLOCsnoPEUN/view>. Acesso em: 15 jan. 2026.

P

PALMA FILHO, J. C. A República e a Educação no Brasil: Primeira República (1889- 1930). Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação – 3. ed. São Paulo: PROGRAD/ UNESP/ Santa Clara Editora. 2005, p. 49-60. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/106/3/01d06t04.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

Participa + Brasil. Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente (da 3ª a 12ª). Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/conferencias5>. Acesso em: 16 mai. 2025.

PENANTE, A. P. C.; SOUSA, A. A. S. de. Infância, adolescência e direitos sexuais no Brasil: conservadorismo em azul e rosa. Argumentum, 15(1), 160–173. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/38999>. Acesso em: 19 abr. 2024.

PEREIRA, A. R. As políticas sociais e corporativismo no Brasil: o Departamento Nacional da Criança no Estado Novo. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

PÉREZ, B. C.; SOUZA, E. P. de. “Como é bom brincar, cafuringar”: transmissão intergeracional e apropriação do território pelas crianças quilombolas. DESidades – Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude, Rio de Janeiro, n. 32, p. 156–172, jan.–abr. 2022.

PEREZ, J. R. D.; PASSONE, E. F. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 140, p. 649-673, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1740140.pdf>. Acesso em: 18 set. 2025.

PIAGET, J. A Formação do símbolo na criança, imitação, jogo, sonho, imagem e representação de jogo. São Paulo: Zahar, 1971.

Pierson, P. Increasing returns, path dependence, and study of politics. American Political Science Review, v.94, n.2, p.251-267, 2000.

PINA JC, MELLO DF, MISHIMA SM, LUNARDELO SR. Contribuições da estratégia Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância ao acolhimento de crianças menores de cinco anos. Acta Paul Enferm [Internet] 2009. 22. Fev. De 2012:142-8. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/>

[CR5qBV8ggHRtPBv48WzVQHN/?lang=pt](https://www.scielo.br/j/pe/a/vNS7bGtVD4sTgp5KYhV8dVm/?format=html&lang=pt)

PINHEIRO, Ângela de Alencar Araripe. A criança e o adolescente, representações sociais e processo constituinte. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 9, n. 3, p. 343-355, set./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/vNS7bGtVD4sTgp5KYhV8dVm/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 02 out. 2025.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

POLIGNANO, Marcus Vinícius. *História das políticas de saúde no Brasil: uma pequena revisão*. [S.l.]: [s.n.], [2005?]. Disponível em: [https://www.saude.mt.gov.br/storage/old/files/historia-das-politicas-de-saude-no-brasil-\[16-030112-SES-MT\].pdf](https://www.saude.mt.gov.br/storage/old/files/historia-das-politicas-de-saude-no-brasil-[16-030112-SES-MT].pdf). Acesso em: 4 set. 2025.

POLITIZE. O que é Equidade? Politize, 08 fev. 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/o-que-e-equidade/>. Acesso em: 31 mai. 2024.

PORFÍRIO, Francisco. *Democracia*. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/democracia.htm>. Acesso em: 31 mar. 2024.

PORFÍRIO, Francisco. *Democracia*. Mundo Educação. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/democracia.htm>. Acesso em: 31 mai. 2024.

PORFÍRIO, Francisco. *Quilombolas*. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/quilombolas.htm>. Acesso em: 01 abr. 2024.

PÔRTO, Ângela. O sistema de saúde escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas. *Rio de Janeiro*, v. 13, n. 4, p. 1.019-1.027, out./dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702006000400013&script=sci_arttext&tlng=pt

Prefeitura de Belo Horizonte. *Guia de atendimento: crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, sexual e outras violências na atenção primária à saúde*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte e SUS, 2013.

PRIORE, Mary Del. A criança negra no Brasil. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; SATO, Maria Teresa (Orgs.). *Infâncias, adolescências e famílias*. Belo Horizonte: UFMG, 2012. p.

PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

PROPAGANDAS HISTÓRICAS. *Propaganda do Movimento de Brasileiro de Alfabetização: 1970*. Disponível em: <https://www.propagandashistoricas.com.br/2018/06/propaganda-antiga-mobral.html>. Acesso em: 21 set. 2025.

Q

R

RABELLO, Tatiana Cendron Fortes. Mas afinal o que é o racismo?. Portal Geledés, 19 fev. 2024. Disponível em: https://www.geledes.org.br/mas-afinal-o-que-e-o-racismo-por-tatiana-cendron-fortes-rabello/?amp=1&gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwk6SwBhDPARIsAJ59GwdveU5ZgF77CBBjr721JDyMyGnXtg6OGidvlhSmaKJpxNqL68BPqF8aAifzEALw_wcB. Acesso em: 01 abr. 2024.

REBOUÇAS, P.; PAIXÃO, E. S.; RAMOS, D.; GOES, E. F. Ethno-racial inequalities on adverse birth and neonatal outcomes: a nationwide, retrospective cohort study of 21 million Brazilian newborns. *The Lancet Regional Health—Americas*, v. 37, p. 1-11, 2024. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X\(24\)00160-1/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X(24)00160-1/fulltext). Acesso em 6 jul 2025.

Rede Jesuíta de Educação. História da Educação Jesuíta no Brasil. Disponível em: <https://redejesuitadeeducacao.com.br/historia-da-educacao-jesuista-no-brasil/>. Acesso em: 2 set. 2025.

REIS FILHO, Casemiro dos. A educação e a ilusão liberal. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1981.

REIS, João José. Negros e libertos: solidariedade e organização social nos quilombos. *Revista Brasileira de História*, vol. 15, no. 30, 1995, pp. 45–67.

REPOSITÓRIO Digital da História da Educação. Disponível em: https://www2.uesb.br/projeto/rehme/?page_id=7. Acesso em: 2 set. 2025.

REVISTA EXAME. Diversidade: o que é, qual a importância e como promover. Exame, 29 nov. 2023. Disponível em: <https://exame.com/esg/diversidade-o-que-e-qual-a-importancia-e-como-promover/>. Acesso em: 31 mai. 2024.

RIBEIRO, B. Quais são os crimes contra a dignidade sexual? Blog Migalhas, 17 Mai. 2023. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/386575/quais-sao-os-crimes-contra-a-dignidade-sexual>. Acesso em: 31 mar. 2024.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, P. R. M. História da saúde mental infantil: a criança brasileira. *Psicologia Escolar e Educacional*, Brasília, v. 10, n. 1, p. 37-46, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/GjFSBSrN6CLgwN9k74t7YFr/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 4 set. 2025.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da saúde mental infantil: a criança brasileira da colônia à República Velha. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 1, p. 29-38, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n1/v11n1a04.pdf>. Acesso em: 4 set. 2025.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs). A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Irene Rizzini, Francisco Pilotti. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene. A criança e a lei no Brasil: revisitando a história (1822–2000). Rio de Janeiro: USU/Editora Universitária, 2002.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. Disponível em: https://www.editora.puc-rio.br/media/ebook_institucionalizacao_de_crianças_no_brasil.pdf. Acesso em: 4 set. 2025.

RIZZINI, Irma. A roda dos expostos e a institucionalização da infância no Brasil. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores do pátrio poder ao pátrio dever: uma história da legislação para a infância no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Org.). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1995.

RIZZINI, Irene. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RNPI - Rede Nacional da Primeira Infância. Plano Nacional pela Primeira Infância (2020–2030). Brasília: RNPI, 2020. Disponível em: <https://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/PNPI.pdf>. Acesso em: 14 out. 2025.

ROMANCINI, Richard; CASTILHO, Fernanda. “Como ocupar uma escola? Pesquisa na *Internet!*”: política participativa nas ocupações de escolas públicas no Brasil. Sistema de Información Científica Redalyc, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/698/69869355006/>. Acesso em: 13 jul. 2025.

RUDNITZKI, Ethel e MENEZES, Luiz Fernando. O que é fato sobre as denúncias de abuso infantil na Ilha de Marajó. Aos Fatos. Divulgado em: 23 fev. 2024. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/explicamos-abuso-infantil-marajo/>. Acesso em: 19 mar. 2024.

RUEFFER, C. R.; RIBEIRO, R. S.; ALMEIDA, M. Z. Vozes visionárias: explorando as signatárias do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932. Humanidades & Tecnologia, v. 44, n. 1. Disponível em: https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/4758. Acesso em: 19 set. 2025.

S

SABINO, Luíza Wehbe e SANTOS, Pollyanna dos. Mulheres, corpo-território e saúde indígena no Brasil, em uma perspectiva feminista decolonial. Religación - Revista de Ciencias Sociales y Humanidades. Vol. 8 No. 35 enero-marzo, 2023. Quito: Centro de Investigaciones en Ciencias Sociales y Humanidades desde América Latina, 2023.

SAFERNET. Impacto das redes sociais na saúde mental dos jovens e sua forma de atuação na Internet estão entre os destaques do Simpósio do NIC.br e CGI.br. 6º Simpósio Crianças e Adolescentes na Internet. Edição On-line, 08 Nov. 2021. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/impacto-das-redes-sociais-na-saude-mental-dos-jovens-e-sua-forma-de-atuacao-na-internet>. Acesso em: 08 Jan. 2026.

SAFERNET. Safernet recebe recorde histórico de novas denúncias de imagens de abuso e exploração sexual infantil na internet. Publicado em: 06 de fev. 2024. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/safernet-recebe-recorde-historico-de-novas-denuncias-de-imagens-de-abuso-e-exploracao-sexual>. Acesso em: 13 Mar. 2024.

SALES, Pedro. STJ não reconhece estupro em relação de menina de 12 anos com homem de 20. Congresso em Foco. Publicado em: 13 Mar. 2024. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/justica/stj-nao-reconhece-estupro-em-relacao-de-menina-de-12-anos-com-homem-de-20/>. Acesso em: 28 Mar. 2024.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; FILHO, Rodrigo de Souza; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Conselhos Tutelares: desafios teóricos e práticos da garantia de direitos da criança e do adolescente. Juiz de Fora: UFJF, 2011.

Santos et al. Centros de atendimento integrado a crianças e adolescentes vítimas de violências: Boas práticas e recomendações para uma política pública de Estado. Childhood Brasil. – São Paulo: Instituto WCF/Brasil, 2017. Disponível em <https://www.childhood.org.br/app/uploads/2022/12/centros-de-atendimentos-integrado-a-criancas-e-adolescentes-vitimas-de-violencias-centros-de-atendimentos-integrado-boas-praticas.pdf> Consulta janeiro 2026.

Santos, B.R., et al. Desenvolvimento de paradigmas de proteção para crianças e adolescentes brasileiros. In: ASSIS, S.G., et al., orgs. Teoria e prática dos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009, pp. 19-65. Disponível em <https://books.scielo.org/id/3svc2>. Acesso em: 28 de out. 2025.

SANTOS, Mariana de Mesquita. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho: espaço de resistência, negociação e autonomia negra (séculos XVIII-XX). 2015. 66 f. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SANTOS, Milton. O País distorcido. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M. et al. (Orgs.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1996.

SANTOS, Rafael dos. Crianças escravizadas e liberdade em comunidades quilombolas do século XIX. Revista Afro-Ásia, UFBA, n. 47, 2013.

Save the Children Suécia. Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente: uma experiência brasileira. 1ª edição. Rio de Janeiro: Save the Children Suécia, 2006. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/acervo/temas/Crian%C3%A7aAdolescenteExpFPIBrasil107.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2025.

SCARDUA, Martha Paiva. Espaços de Educação Libertadora: a dissidente voz de uma escola suficientemente boa. 2016. Tese de Doutorado. Universidade Católica de Brasília, Brasília-DF.

SCHUELER, Alessandra. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. Dossiê: Infância e Adolescência. Rev. Bras. Hist. 19 (37), Set, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/vMTNCwp7KPSDyvPRdBvNjFr/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2025.

SCHULENBURG, R. "Crianças do Caminho", a exposição pela igualdade. Univille Universidade, 20 maio 2019.

SDH - Secretaria de Direitos Humanos. Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2013. 50p.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias. Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira. Navegando na História da Educação Brasileira. HISTEDBR, 1986-2006. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html. Acesso em: 15 set. 2025.

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Programa Brasil Quilombola. Brasília, DF: Abaré, 2004.

SEDH - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Os Regimes de Atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente: Perspectivas e Desafios. Coordenação técnica: Antonio Carlos Gomes da Costa. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

SEDH. Teses sobre Diretrizes da Política de Promoção, Proteção e Defesas de Direitos da Criança e do Adolescente. 8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente: construindo diretrizes da política nacional e do plano decenal. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Crianca_adolescente_VIII/texto_base_8_conferencia_direitos_crianca_adolescente1.pdf. Acesso em: 3 abr. 2025.

SEDS SP - Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo. Contribuições para o trabalho social culturalmente adequado a famílias quilombolas. São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento Social, 2023.

SEJUS - Secretaria de Estado, Justiça e Cidadania do Distrito Federal. Conselhos Tutelares, 2023. Disponível em <https://conselhotutelar.sejus.df.gov.br/perguntas-e-respostas/> Consulta em dezembro de 2025.

SEJUS; ONG Transforme Ações Sociais e Humanitárias; Grupo Violes/UnB. Conversando sobre escola, violência e socioeducação: trajetórias de adolescentes em medida socioeducativa no Distrito Federal. Google Drive – Violes, 25 jul. 2023. 18 min. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1JlduwSgERDSuk8U0--c_5cHXwo5AV39O/view. Acesso em 20 jan. 2026.

SEKKEL, Marie Claire. O brincar e a invenção do mundo em Walter Benjamin e Donald Winnicott. Psicologia USP. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. V. 27 (1). Jan-Apr 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/TgRvPjBwXzMVm3yyQZCP9Tn/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 06 Jan. 2026.

SENADO FEDERAL. As crianças na Constituinte. Disponível em: <https://plenarinho.leg.br/index.php/2018/11/as-criancas-na-constituente/#:~:text=Resultado%20da%20participa%C3%A7%C3%A3o%20das%20crian%C3%A7as,apareceram%20numa%20lei%20no%20Brasil>. Acesso em: 30 set. 2025.

SENADO FEDERAL. Infância e Parlamento - Guia para formação de Frentes Parlamentares da Criança e do Adolescente. Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/183226/INFANCIA_E_PARLAMENTO.pdf?isAllowed=y&sequence=3. Acesso em: 22 nov. 2025.

SENADO FEDERAL. Institucionais - Educação na Constituinte. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pY6rh0ksZoU>. Acesso em: 29 set. 2025.

Senado Federal. Política Nacional de Cuidados vira lei. Brasília, 26 dez. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2024/12/politica-nacional-de-cuidados-vira-lei>.

SILVA, Bruno Sanches Mariante. Tecnificação e gênero no corpo laboral da Legião Brasileira de Assistência: assistência social e modernidade (1945-1964). História Unisinos, São Leopoldo, v. 22, n. 4, p. 639-651, nov./dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2018.224.08>. Acesso em: 8 set. 2025.

SILVA, D. R. S. et al. A oralidade como potência no processo de alfabetização de crianças do campo quilombola. Sertanias: Revista de Ciências Humanas e Sociais, [S. l.], v. 5, n. 2, 2023.

SILVA, Luciana Rodrigues; CHRISTOFFEL, Marialda Machado; SOUZA, Kleyde Ventura de. História, conquistas e perspectivas no cuidado à mulher e à criança. Texto & Contexto Enfermagem, Florianópolis, v. 14, n. 4, p. 585-593, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v14n4/a16v14n4.pdf>. Acesso em: 4 set. 2025.

SILVA, MA. Política de saúde para crianças: apontamentos para a atuação da enfermagem. In: GAÍVA, MAM. Saúde da criança e do adolescente: contribuições para o trabalho de enfermeiros(as). Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso; 2006. p. 9-28.

SILVA, Marcelo Kunrath. Ciclo de Protestos de 2013: contribuições do campo de estudos de movimentos sociais e protesto para a análise de um objeto de disputa. Revista Desigualdade & Diversidade. Nº 23, Pág. 57 – 90. Rio de Janeiro: PUC, 2023. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/64184/64184.PDFXXvmi>. Acesso em 17 fev. 2025.

SILVA, R.; OLIVEIRA, R. C. Identificando e classificando menores no Rio de Janeiro da década de 1930: O Instituto Sete de Setembro e seu Laboratório de Biologia Infantil. Revista Perspectivas em Psicologia, X(Y), p. 1–15. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/1069>. Acesso em: 17 set. 2025.

SILVA, R. M. C. et al. Infância e saberes quilombolas: participação das crianças e cultura lúdica no quilombo de Ariquipá – MA. DESidades – Revista Científica

da Infância, Adolescência e Juventude, Rio de Janeiro, n. 32, p. 173–188, jan.–abr. 2022.

SILVA, S. C. R. et al. Práticas culturais de crianças quilombolas no Sertão nordestino. Kwanissa, São Luís, v. 06, n. 14, p. 121-144, jan/jun, 2023.

SNJ – Secretaria Nacional da Juventude. Plano Nacional de Juventude: proposta de atualização da minuta do Projeto de Lei nº 4.530/2004. Brasília: SNJ, 2018. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/biblioteca/plano-nacional-de-juventude-proposta-de-atualizacao-da-minuta-do-projeto-de-lei-no-4-530-2004/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SOMBINI, Eduardo. Tragédia yanomami mostra que clube da humanidade não é para todos, diz Ailton Krenak. Folha de São Paulo. Publicado em: 28 jan. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/01/tragedia-yanomami-mostra-que-clube-da-humanidade-nao-e-para-todos-diz-a-ilustrissima-que-os-yanomamis-e-que-vivem-hoje-substancia-a-humanidade-e-ele-diz>. Acessado em: 30 jan. 2023.

SOUZA, C. P. Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política social de Getúlio Vargas. In: GOMES, Â. C. (org.). Capanema: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SOUZA, D. B. F.; COSTA, A. F. S.; EDMUNDO, O. J. C. Afeto e comum: Enfrentamento do racismo por crianças e jovens quilombolas no contexto escolar. Psicologia Política, v. 20, n. 49, p. 627-640, 2020.

SOUZA, Fabíola Amaral Tomé de. A institucionalização do atendimento aos menores – O SAM. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 12, n. 24, p. 61-92, jul./dez. 2020. DOI: 10.14295/rbhcs.v12i24.11608.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; COSTA, P. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. 5ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, S. C.; BRANDÃO, A. A. P. A política de assistência social e as comunidades quilombolas do Vale do Mucuri-MG. Argumentos, v. 18, n. 1, p. 30-50, jan./jun. 2021.

SOUZA, S. C.; BRANDÃO, A. A. P. Assistência social e as comunidades quilombolas do Brasil. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 20, n. 1, e38226, 2021.

SPOSATI, Aldaíza. Proteção Social e SUAS: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2017.

STJ - Supremo Tribunal de Justiça. Súmula Nº 593. Brasil: Supremo Tribunal de Justiça, 2017.

SULZBACH, LILIANA. A Invenção da Infância (2000). Youtube – canal wocomoBRASIL e wocomoHUMANITY, 1º nov. 2023. 26 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sRnSLQIgS3g>. Acesso em: 10 Jan. 2026.

T

TEIXEIRA, Anísio. Educação no Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969.

TRINDADE, J. O que é a Constituição? Jovem Senador. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/jovensenador/home/arquivos/textos-consultoria/o-que-e-a-constituicao>. Acesso em: 26 set. 2025.

TROIANO, Walquiria Negri. Crianças e Adolescentes no Ambiente Digital: violação de direitos e o papel do serviço social. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. Foz do Iguaçu: UNILA, 2025. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/server/api/core/bitstreams/579f1b39-7a09-4ebb-8fc8-8b1c537c8dce/content>. Acesso em: 08 jan. 2026.

TST - Tribunal Superior do Trabalho. Campanha Trabalho Infantil 2015 – A verdade sobre o trabalho infantil. Youtube – canal Tribunal Superior do Trabalho, 06 jan. 2016, 30 seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NqjoBU9vztw>. Acesso em: 26 set. 2025.

TST - Tribunal Superior do Trabalho. Campanha Trabalho Infantil 2015 – Carvoaria. Youtube – canal Tribunal Superior do Trabalho, 14 dez. 2015, 30 seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-h63r9WFfsg>. Acesso em: 26 set. 2025.

TST - Tribunal Superior do Trabalho. Campanha Trabalho Infantil 2015 – Domésticas. Youtube – canal Tribunal Superior do Trabalho, 21 dez. 2015, 30 seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KAe0M-rstu4>. Acesso em: 26 set. 2025.

TST - Tribunal Superior do Trabalho. Campanha Trabalho Infantil 2015 – Lixão. Youtube – canal Tribunal Superior do Trabalho, 29 dez. 2015, 30 seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1W4jQPd5QkY>. Acesso em: 26 set. 2025.

TST - Tribunal Superior do Trabalho. Campanha Trabalho Infantil 2015 – Nem a rua, nem o trabalho. Youtube – canal Tribunal Superior do Trabalho, 12 jan. 2016, 30 seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hx8diqo3kO0>. Acesso em: 26 set. 2025.

TST - Tribunal Superior do Trabalho. Campanha Trabalho Infantil 2015 – Toda criança merece ser criança. Youtube – canal Tribunal Superior do Trabalho, 18 jan. 2016, 30 seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y6QPq090N90>. Acesso em: 26 set. 2025.

U

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Segurança online de crianças e adolescentes: minimizar o risco de violência, abuso e exploração sexual online - outubro de 2019. UNESCO,

2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1XBfJP_XPU5gj98oevc9Rb1rS7GGBh0k0/view. Acesso em: 22 abr. 2024.

UNFCCC - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Paris Agreement. New York/Genebra: UNFCCC, 12 dez. 2015. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf. Acesso em: 3 nov. 2025.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. As Múltiplas Dimensões da Pobreza na Infância e na Adolescência no Brasil. Estudo sobre as privações de direitos que afetam crianças e adolescentes no País. UNICEF Brasil, fevereiro, 2023. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/as-multiplas-dimensoes-da-pobreza-na-infancia-e-na-adolescencia-no-brasil> Consulta dezembro 2025.

UNICEF. Convenção sobre os Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1989. Genebra: UNICEF, 1989.

UNICEF BRASIL. Declaração dos Direitos da Criança. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/22026/file/declaracao-dos-direitos-da-crianca-1959.pdf>. Acesso em: 17 set. 2025.

UNICEF. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 27 set. 2025.

UNICEF. I Congresso Mundial sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Declaração de Estocolmo: Declaração e Agenda de Ação. Estocolmo: I Congresso Mundial sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 1998.

UNICEF. III Congresso Mundial sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e Proteção contra a Exploração Sexual: por uma visão sistêmica. Rio de Janeiro: UNICEF, 2008. Disponível em: <https://ch-wordpress.s3.amazonaws.com/uploads/2022/12/anais-iii-congresso-mundial-de-enfrentamento-da-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2025.

UNICEF. Iniciativa Hospital Amigo da Criança: revista atualizada e ampliada para o cuidado integrado: módulo 1 – histórico e implementação. Brasília: Ministério da Saúde; Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2008. 78 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/iniciativa_hospital_amigo_crianca_modulo1.pdf. Acesso em: 14 out. 2025.

UNICEF. Manual de aplicação da marca 'Selo UNICEF' nos municípios certificados na Edição 2021-2024. Dezembro de 2024. Disponível em: https://selounicef.org.br/sites/default/files/2024-12/Manual%20de%20Marca%20do%20Selo%20UNICEF%20para%20munic%C3%ADpios%20certificados_1.pdf. Acesso em: 27 mar. 2025.

UNICEF. Organização Mundial de Saúde (OMS). Declaração de Alma-Ata. In: Conferência internacional sobre cuidados primários de saúde, 1978, Alma-Ata, Cazaquistão, União das Repúblicas Socialista Soviéticas. Brasília: OMS,

UNICEF; 1979.

UNICEF. Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Brasil: Fundo das Nações Unidas para a Infâncias - UNICEF, 2021.

UNICEF. Proteção de Crianças e Adolescentes contra as Violências. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/protECAo-de-criancas-e-adolescentes-contra-violencias#:~:text=Voc%C3%AA%20pode%20fazer%20den%C3%BAncias%20an%C3%B4nimas,de%20Pol%C3%ADcia%2C%20ou%20Minist%C3%A9rio%20P%C3%ABlico>. Acesso em: 22 de fev. 2024.

UNICEF. Situação das crianças e adolescentes no Brasil. Relatórios temáticos sobre mortalidade, violência e desigualdades. Brasília, UNICEF.

V

VALENTIM, S. dos S. Crianças escravas no Brasil Colônia. Educ. Ver., Belo Horizonte, n. 11, p. 30-38, jul. 1990. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n11/n11a04.pdf>. Acesso em: 16 out. 2024.

VALVERDE, Ricardo. Glossário de Termos Indígenas. Agência Fiocruz de Notícias. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/glossario-de-terminos-indigenas#:~:text=A%20etnia%20define%2Dse%2C%20geralmente,territ%C3%B3rio%20e%20numa%20hist%C3%B3ria%20id%C3%AAnticos>. Acesso em: 01 abr. 2024.

VASCONCELOS, Paulo. O Jogo e Piaget: História da Infância - o Jogo-Brincar [eBook]. 2ª edição. São Paulo: Editora Didática Suplegraf, 2010.

VERA. Direção: Sérgio Toledo. Produção: Ana Maria Warchawchik e Ilia Warchawchik. Rio de Janeiro: Nexus Filmes e Embrafilme, 1986. (85 min.)

VERONESE, Josiane Rose Petry. Os direitos da criança e do adolescente. São Paulo: LTR, 1999.

VIDA e Resistência no Quilombo Kédi. Cinema quilombola conecta histórias de resistência e reafirma identidades entre crianças. Por Alexandre Briozo Filho. 15 set. 2025.

VIEIRA, A. M. R. S. O novo Fundeb e o Direito à Educação: avanços, retrocessos e impactos normativos. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, n. 125, pp. 49-99, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/890>. Acesso em: 6 out. 2025.

VIEIRA, Livia Maria Fraga. Uma história da política de creches no Brasil: o Projeto Casulo da LBA (1977-1985). Zero-a-Seis, v. 24, n. 45, p. 34-66, jan./jun. 2022. Universidade Federal de Santa Catarina. DOI: 10.5007/1518-2924.2022.e82864

VIRAÇÃO. Revista Viração. Disponível em: <https://viracao.org/programas/revista-viracao/>. Acesso em: 24 ago. 2025.

VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente - o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

W

Wacquant, Loïc. Punir os pobres. A nova gestão da pobreza nos Estados Unidos. Rio de Janeiro. F Bastos, 2001, Revan, 2003.

WADSWORTH, J. E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 103-124, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/WKs9FRktsfzMHyVNQkB6XLP/?lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2025.

Wagner, Vanessa Raquel. Tecendo teias para a cidadania. O papel dos conselheiros tutelares na consolidação da rede de proteção integral da infância e da adolescência. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso – TCC), Departamento de Serviço Social – Universidade de Brasília – UnB. Disponível em https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2108/1/2011_VanessaRaquelWagner.pdf Consulta janeiro 2026.

WAHHAB KUCHARSKI, Karina; BATTISTI, Iara Denise Endruweit; FERNANDES, Denise Medianeira Mariotti; ANASTÁCIO, Zélia Ferreira Caçador. Políticas públicas de saúde no Brasil: uma trajetória do Império à criação do SUS. Revista Contexto & Educação, Ijuí, v. 37, n. 117, p. 38-49, 2022. DOI: 10.21527/2179-1309.2022.117.12871. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/12871>. Acesso em: 4 set. 2025.

Weber, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva / Max Weber; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn – Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2000. Disponível em [https://www.uel.br/grupo-pesquisa/socreligioses/pages/arquivos/Sociologia I/Weber%252c M cap 1 Conceitos Sociol%C3%B3gicos fundamentais - Economia e Sociedade.pdf](https://www.uel.br/grupo-pesquisa/socreligioses/pages/arquivos/Sociologia%20I/Weber%252c%20M%20cap%201%20Conceitos%20Sociol%C3%B3gicos%20fundamentais%20-%20Economia%20e%20Sociedade.pdf) Consulta em novembro 2025.

WeProtect Global Alliance. Avaliação da Ameaça Global 2023: avaliação da dimensão e do âmbito da exploração e do abuso sexual de crianças online para uma mudança da capacidade de resposta. WeProtect Global Alliance, 2023. Disponível em: <https://www.weprotect.org/wp-content/uploads/Global-Threat-Assessment-2023-PT.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2024.

WeProtect Global Alliance. Child “self-generated” sexual material online: children and young people’s perspectives. Disponível em: <https://www.weprotect.org/wp-content/uploads/WP-Report-Praesidio-Safeguarding-.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2024.

WeProtect Global Alliance. Estimates of childhood exposure to online sexual harms and their risk factors. Disponível em: <https://www.weprotect.org/wp-content/uploads/Estimates-of-childhood-exposure-to-online-sexual-harms-and-their-risk-factors-.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2024.

WeProtect Global Alliance. Framing the future: How the Model National Response framework is supporting national efforts to end child sexual exploitation and abuse online. Disponível em: https://www.weprotect.org/wp-content/uploads/Framing-the-Future_-FINAL.pdf. Acesso em: 27 mar. 2024.

WeProtect Global Alliance. Uma Resposta Estratégica Global à Exploração e Abuso Sexual de Crianças Online. Disponível em: <https://www.weprotect.org/wp-content/uploads/WeProtectGA-Global-Strategic-Response-PT.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2024.

WESTIN, Ricardo. Mundo digital esconde perigos para as crianças; saiba como protegê-las. Agência Senado. Publicado em: 12 set. 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2025/09/mundo-digital-esconde-perigos-para-as-criancas-saiba-como-protege-las>. Acesso em: 07 Jan. 2026.

WESTIN, Ricardo. Pela lei escolar do Império, meninas tinham menos capacidade intelectual que meninos. Agência Senado. Arquivos, edição 65, Educação. 2 mar. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/nas-escolas-do-imperio-menino-estudava-geometria-e-menina-aprendia-corte-e-costura>. Acesso em: 18 set. 2025.

Wikipedia, 2026. Richard Alan Gardner. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Richard_Gardner. Consulta janeiro de 2026.

X

Y

YANNOULAS, Silvia Cristina; PINHEIRO, Gabriela Fogaça Alves. A literatura científica sobre educação, pobreza e desigualdade social: Duas décadas de produção acadêmica brasileira sobre EPDS. P. 180-231. In: PILATI, Alexandre Simões (et al.). Educação, pobreza e desigualdade social: a iniciativa EPDS na Universidade de Brasília (2017-2018) [recurso eletrônico] / organização: Alexandre Simões Pilati ... [et al.]. _ Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/view/55/234/1579>

Z